Relatório do Conselho de Administração - 2013

CEPRAG

Cooperativa de Eletricidade Praia Grande

PAC:

Prestação Anual

de Contas

CEPRAG - Cooperativa de Eletricidade Praia Grande
Dona Maria José, 323 - CEP: 88990-000
Praia Grande - SC.
CNPJ: 78.274.610/0001-70 - Inscrição Estadual: 251.070.727

Nossa Missão

"Distribuir energia elétrica de acordo com os padrões de qualidade, através da melhoria contínua dos processos, investindo em tecnologia, qualidade no atendimento e capacitação dos funcionários. Visando a satisfação dos consumidores, contribuindo para o crescimento sólido e sustentável, com base nos princípios cooperativistas."

CEPRAG

"Um sonho ontem, uma realidade hoje!"

ÍNDICE

1 RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 5

2 CARTA DO PRESIDENTE 6

3 DESEMPENHO OPERACIONAL 7

3.1 Distribuição de Energia Elétrica 7

3.2 Ligações de Consumidores 7

3.3 Comportamento do mercado 7

3.4 Distribuição direta por classe de consumo 7

3.5 Receita 8

3.6 Tarifas 8

3.7 Qualidade do fornecimento 9

3.8 Tecnologia da informação 9

3.9 Desempenho econômico – financeiro 9

3.10 Valor adicionado 10

3.11 Políticas de reinvestimento e distribuição de sobras 10

3.12 Composição das quotas do capital social 10

3.13 Atendimento aos associados e consumidores 11

4 GESTÃO 12

4.1 Planejamento Empresarial 12

4.2 Recursos Humanos 12

4.3 Responsabilidade Social 12

4.4 Responsabilidade Ambiental 13

4.5 Permissionária em números 13

4.5.1 Atendimento 13

4.5.2 Mercado 13

4.5.3 Dados Financeiros 14

4.6 Área de permissão 14

5 DESEMPENHOS COMERCIAIS 14

5.1 Vistorias nas Unidades consumidoras 14

5.2 Iluminação Pública 14

5.3 Plantão 24 horas 15

5.4 Aferições de medidores 15

5.5 Balanço Energético - Janeiro/2013 = Dezembro/2013 15

5.6 Conclusão 15

6 PLANEJAMENTOS DE ATIVIDADES – 2014 16

6.1 Na área administrativa 16

6.2 Na área técnica 16

6.3 Na área social 17

AUDITORES INDEPENDENTES 18

AGRADECIMENTOS 19

ANEXO I: DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 20
ANEXO II: PARECER DO CONSELHO FISCAL....42
ANEXO III: PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES....43
ANEXO IV: DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS....45
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE 51
Carta de controle interno RRAI 53
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES....65
ANEXO IX: ATA DA ASSEMBLEIA GERAL....66

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Crescimento do número de consumidores – dezembro 2013 7
Tabela 2– Exposição dos resultados de consumo 8
Tabela 3– Receita do fornecimento de energia 8
Tabela 4 – Tarifa média de fornecimento Energia Elétrica 9
Tabela 5– DEC/FEC 9
Tabela 6 – Políticas de reinvestimento e distribuição de sobras 10
Tabela 7 – Gestão: Atendimento 13
Tabela 8 – Gestão: Mercado 13
Tabela 9 – Gestão: Dados financeiros 14

1 RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhoras e Senhores Cooperados,

A seguir, apresentamos o relatório das principais atividades desenvolvidas no decorrer do exercício de 2013. Tais especificidades primam para uma melhor apresentação dos resultados aos sócios, autoridades e consumidores.

As demonstrações contábeis elaboradas em concordância com a Legislação Societária vigente estão anexas a este relatório, acrescidas do Balanço Social, Demonstração do Valor Adicionado - DVA e Demonstração do Fluxo de Caixa, ferramentas de relevância para a divulgação do desempenho da Empresa CEPRAG perante a sociedade, parceiros, órgão regulador e clientes.

Cumprimos as determinações específicas de Demonstração de Resultado, conforme Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE.

2 CARTA DO PRESIDENTE

Concluímos o exercício de 2013, com um saldo muito positivo. Neste ano, a Cooperativa comemorou, em uma cerimônia com a presença de cerca de 300 convidados, seus 50 Anos de Fundação. Para este evento, foram convidados, líderes comunitários, presidentes de associações e entidades de classe, autoridades políticas, os fundadores da CEPRAG, os membros de todas as diretorias que por aqui passaram e deram sua contribuição, funcionários, ex-funcionários, dirigentes, representando naquele ato os mais de 18.000(dezoito mil) associados de nossa Cooperativa. Meio século de trabalho, dedicação e prestação de serviços. De uma empresa que levou os benefícios da energia elétrica aos recantos mais distantes de sua área de atuação. Que contribuiu para o desenvolvimento socioeconômico dos municípios de sua abrangência, e que acompanhou os avanços do setor.

Estando em ambiente regulado, passamos pela nossa primeira fiscalização da Agência Nacional de Energia Elétrica-ANEEL. Tivemos um bom desempenho, e estamos sintonizados com as mudanças e ajustes necessários, para nos mantermos no mercado.

Em 2013, também trabalhamos com afinco no planejamento de melhorias em nosso sistema. Com as sobras deste exercício, estamos com vários projetos em execução e outros em fase de elaboração, no sentido de reformarmos nossas redes, facilitando a manutenção, com materiais, equipamentos e estruturas mais modernos. Temos também como prioridade a sequência de nosso projeto de construção de uma Subestação de 69 kV, que deverá suprir nossa demanda de energia elétrica, bem como prover o consumo previsto à partir das estimativas de crescimento.

Além de investimentos em nossa atividade fim, pretendemos continuar investindo em nossos projetos sociais, que visam aproximar cada vez mais o nosso associado/consumidor de nossa Cooperativa.

Com a eminência de recebermos a Certificação da ISO 9001 para o início de 2014, nos sentimos ainda mais seguros para a concretização de nossos propósitos, e de que teremos mais um ano de grandes realizações.

3 DESEMPENHO OPERACIONAL

3.1 Distribuição de Energia Elétrica

A Cooperativa CEPRAG distribui energia elétrica em 04(quatro)municípios do Estado, atendendo 12.970 consumidores cativos, instalados em sua área de permissão no Estado de Santa Catarina.

A meta da administração, substanciada em seu planejamento estratégico é buscar melhores condições de fornecimento de energia elétrica, atendendo assim o lado social do grupo de associados e consumidores de sua área de atuação, com tarifas módicas e reduzidas, viabilizando a competitividade do processo produtivo e o desenvolvimento das diversas áreas sociais.

3.2 Ligações de Consumidores

O número de consumidores faturados em dezembro de 2013 apresentou um crescimento de 5,23% sobre o mesmo mês do ano anterior, como se pode observar na tabela a seguir:

Tabela 1 – Crescimento do número de consumidores – dezembro 2013

	Número de unidades consumidoras	
Classe	**2013**	**2012**
Residencial	8.420	7.881
Industrial	299	363
Comercial	921	830
Rural	3.051	2.977
Poder público	116	110
Iluminação pública	137	139
Serviço público	16	16
Consumo próprio	10	9
TOTAL	**12.970**	**12.325**

3.3 Comportamento do mercado

O mercado energético continua bastante atraente no âmbito de consumo, e aponta para uma perspectiva de crescimento de demanda resultante da previsão do crescimento nacional, e possível recuperação da crise econômica mundial que apresentará efeitos no ano de 2014, desta forma, promovendo o desenvolvimento social.

3.4 Distribuição direta por classe de consumo

O consumo de energia elétrica, no mercado cativo na área de atuação da cooperativa em 2013 foi de 35.007MWh registrando um crescimento de 8,00% em relação ao ano de 2012.

Os segmentos do mercado que mais contribuíram para esse resultado foram: a classe residencial e comercial .

Tabela 2– Exposição dos resultados de consumo

Classe	Consumo em MWH		
	2013	2012	2011
Residencial	13.366	12.307	11.234
Industrial	4.946	4.223	4.081
Comercial	6.062	5.521	4.687
Rural	7.445	7.129	6.461
Poderes Públicos	611	596	498
Serviços Públicos	271	240	200
Iluminação Pública	2.227	2.241	2.252
Consumo Próprio	77	81	65
TOTAL	**35.007**	**32.338**	**29.478**

3.5 Receita

A receita líquida decorrente do fornecimento de energia elétrica no exercício importou em R$ 11.212 milhões, conforme a tabela a seguir:

Tabela 3– Receita do fornecimento de energia

Classe	Receita Líquida em R$ mil		
	2013	2012	2011
Residencial	5301	5.210	4.420
Industrial	1964	1752	1.646
Comercial	2520	2423	2.042
Rural	1998	1.977	1.720
Poderes públicos	251	263	213
Iluminação pública	513	553	537
Serviço público	124	102	79
Renda não faturada	419	0	0
Subtotal	**13.090**	**12.280**	**10.657**
Serviços	128	518	353
Arrendamentos e aluguéis	244	152	53
Outras receitas	84	80	129
Receita reembolso	499	1.830	1.020
Subtotal	**14.045**	**14.860**	**12.212**
ICMS/ISS	(2.461)	(2349)	(2020)
PIS/COFINS	0)	0)	0)
Encargos do consumidor (RGR/CCC/CDE/P&D/PEE)	(372)	(1040)	(717)
TOTAL	**11.212**	**11.471**	**9.475**

3.6 Tarifas

A tarifa média de fornecimento de energia elétrica da CEPRAG em dezembro foi de R$ 284,39 por MWH.

Tabela 4 – Tarifa média de fornecimento Energia Elétrica

Classe	Tarifa média de fornecimento	
	2012	2012
	R$/MWH	R$/MWH
Residencial	333,75	357,43
Industrial	247,83	313,04
Comercial	300,84	330,98
Rural	228,20	236,21
Poder público	334,49	357,38
Serviço público	321,34	316,66
Iluminação pública	172,61	184,37
Consumo próprio	340,08	350
MÉDIA	**284,89**	**305,76**

3.7 Qualidade do fornecimento

Os dois principais indicadores da qualidade do fornecimento de energia elétrica são o DEC (Duração Equivalente de Interrupções por consumidor) e o FEC (Frequência Equivalente de Interrupções por consumidor).

Tabela 5– DEC/FEC

Ano	2013	2012	2013	2012
Município	**DEC (horas)**	**DEC (horas)**	**FEC (interrupções)**	**FEC (interrupções)**
Todos	**23,41**	**13,26**	**13,36**	**11,37**

3.8 Tecnologia da informação

O desenvolvimento das áreas de negócios de uma permissionária de energia depende substancialmente de soluções adequadas de tecnologia da informação, as quais permeiam e dão suporte a praticamente tudo o que a permissionária faz mediante sistemas de informação (*softwares*), redes de computadores (comunicação lógica), e atendimento ao consumidor (processamento, suporte e infraestrutura).

No ano de 2013, os principais projetos e sistemas desenvolvidos na área de tecnologia da informação foram:

- Funcionamento e manutenção do Site da CEPRAG;
- Implantação do sistema de leitura instantânea.
- Funcionamento e implantação do sistema da Agência Virtual

3.9 Desempenho econômico – financeiro

A diretoria da CEPRAG, vem sempre priorizando a manutenção da saúde administrativa e financeira da cooperativa, procurando reduzir ao máximo as despesas operacionais, cortando desperdícios, "aparando as arestas" e até adotando procedimentos judiciais para a cobrança de créditos devidos àcooperativa. Com este conjunto de ações, já podemos assegurar aos associados que a cooperativa desfruta de uma situação econômico-financeira equilibrada. Estamos rigorosamente em dia com a CEEE e CELESC e com os compromissos atuais assumidos com fornecedores. A cooperativa não possui dívidas quanto a tributos e encargos sociais.

3.10 Valor adicionado

Em 2012, o valor adicionado líquido, gerado como riqueza pela permissionária foi de R$ 8.795mil, representando 62,62% da Receita Operacional Bruta, com a seguinte distribuição:

Remuneração do trabalho e encargos – 3.554

Governo(impostos, taxas e contrib.) - 2.872

Terceiros (juros, multas e outras despesas) – 124

Sobras do Exercício – 2.245

3.11 Políticas de reinvestimento e distribuição de sobras

Aos associados 35% das sobras são estatutariamente enviada para a assembleia geral, é garantida a destinação das sobras líquidas do exercício. As reservas estatutárias 50% são para o fundo de ampliação e melhoria que garante a permissionária que mantenha o serviço universalizado.

3.12 Composição das quotas do capital social

Em 31 de dezembro de 2013, o capital social da permissionária era de R$1.692 composto por 1.692 quotas com valor nominal de R$ 1,00 cada.

Tabela 6 – Políticas de reinvestimento e distribuição de sobras

Número de Associados	
Total de Associados em 12/2012	17.665
Admitidos em 2013	787
(-) Demitidos em 2013	-
TOTAL DE ASSOCIADOS EM 12/2013	**18.452**

3.13 Atendimento aos associados e consumidores

Na Ceprag esta em pleno funcionamento a COD – Central Operacional de Distribuição, que possibilita atender aos chamados e pedidos de prestação de serviços com a maior urgência, precisão e segurança possível. Esta Central despacha a execução dos serviços cadastrados pelo atendimento comercial, bem como as ocorrências registradas através de nosso serviço de 0800 643 4040, que dispõe de plantão 24 horas. A desde de 2012, estamos trabalhando com turno de revezamento, um exigência trabalhista que define o funcionamento do COD com 05 funcionários.

4 GESTÃO

4.1 Planejamento Empresarial

O planejamento é uma ferramenta que promove o desenvolvimento e o crescimento da empresa, e tem por objetivo traçar linhas a serem seguidas. Com ele é possível prever mudanças e antecipar-se diante dos concorrentes e das ameaças internas, para assim aproveitar as oportunidades e obter o sucesso da organização.

4.2 Recursos Humanos

Em 2013 a permissionária investiu R$ 42.443 mil em programas de formação técnica e desenvolvimento profissional e humano de seus colaboradores. Deste modo, visando manter a permissionária a par da evolução nas áreas tecnológica e gerencial, e oferecer a eles a oportunidade de desenvolvimento de suas habilidades e potenciais.

4.3 Responsabilidade Social

Responsabilidade Social é desenvolver ações que estejam conectadas à identidade empresarial da instituição. A CEPRAG cumpre seu papel de empresa com Responsabilidade Social, agindo com ética interna e externamente, com associados e colaboradores.

Age com Responsabilidade Social quando coloca à frente de todas as suas ações seus princípios e valores, baseados na transparência, na excelência em serviços de distribuição de energia elétrica, em desenvolvimento regional comprometimento com o meio ambiente. Abaixo estão listados alguns reflexos dessa responsabilidade:

- Partiicipou do 10º Encontro de Mulheres Cooperativistas, com 10 representantes da Ceprag. O evento foi realizado em Florianópolis e contou com a presença de mais de 700 mulheres;
- Palestra sobre Cooperativismo aos professores das escolas que aderiram ao Cooperjovem;
- Fechamento da Gincana do Cooperjovem nas escolas parceiras;
- Cerimônia de premiação realizada no auditório da CEPRAG, com a presença de representante do SESCOOP, onde a CEPRAG mesmo estando apenas a dois anos no Projeto, a Cooperativa que recebeu três premiações ao todo;
- A CEPRAG intensificou os investimentos no projeto social (Cooperjovem) R$20.164,80 (vinte mil cento e sessenta e quatro reais e oitenta centavos)com recursos próprios. Além dos recursos recebidos do SESCOOP;
- Concessão de apoio financeiro mensal às APAEs de Praia Grande, São João do Sul, Passo de Torres e Associação Antiálcool , no valor total deR$ 43.200,00 (quarenta e três mil e duzentos reais);
- Concessão de uma ajuda financeira à Associação Hospitalar Nossa Senhora de Fátima de Praia Grande, durante o ano de 2013, no valor total de R$ 49.000,00 (quarenta e nove mil reais);

- Auxílio financeiro aos funcionários da CEPRAG, de 50% do valor da mensalidade de cursos técnicos ou faculdade, num valor de RR 18.346,49 (dezoito mil, trezentos quarenta e seis reais quarenta e nove centavos);
- Realização, em parceria com a FIESC/SENAI/SESCOOP/FECOERUSC, de Treinamento em Fundamentos de Eletrotécnica, NR 10 e NR 35 para Funcionários;
- Realização de Cursos de Direção Defensiva e de Equipamentos de Proteção Individual e Coletiva, para todos os Eletricistas;
- Participação da Direção da CEPRAG na cerimônia de formatura dos funcionários.Tendo sido formados 10 Eletrotécnicos e 01 Técnicos em Segurança do Trabalho;

4.4 Responsabilidade Ambiental

A CEPRAG procura realizar obras em suas redes de distribuição buscando orientações na POLÍCIA FLORESTAL, IBAMA e outros órgãos do governo para conservar e respeitar sempre o meio ambiente.

4.5 Permissionária em números

4.5.1 Atendimento

Tabela 7 – Gestão: Atendimento

	2013	2012	%
Número de consumidores	12.970	12.325	5,23
Número de empregados	71	67	5,97
Número de consumidores por empregado	183	183	0

4.5.2 Mercado

Tabela 8 – Gestão: Mercado

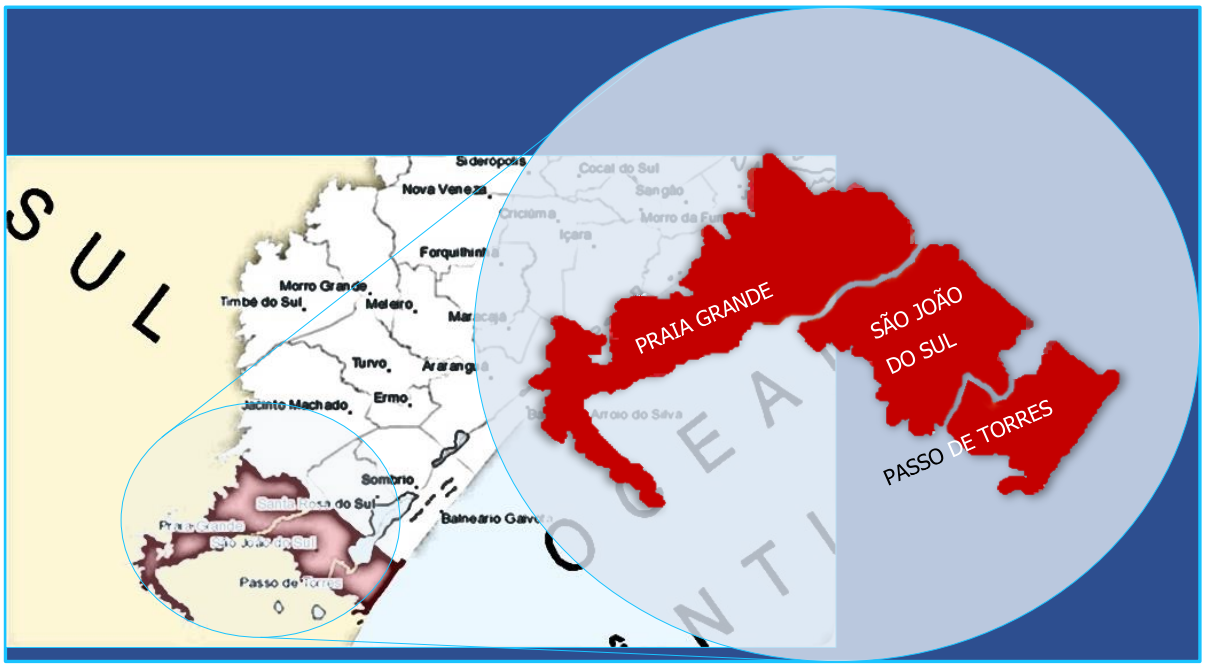
	2013	2012	2011
Área de permissão (Km^2)	569	569	569
Consumo residencial médio (MWH/ano)	13.366	12307	11,234
Tarifas médias de fornecimento (R$ por MWH)	284,89	305,76	294,81
Residencial	333,75	357,43	333,45
Industrial	247,83	313,04	304,9
Comercial	300,84	330,98	328,56
Rural	228.20	236,21	228,95
Poder público	334,49	357,38	345,38
Serviço público	321,34	316,66	295
Iluminação pública	172,61	184,37	178,5
Consumo próprio	340,08	350	343,75
DEC (horas)	23,41	13,26	14,99
FEC (nº de interrupções)	13,36	11,37	6,70

4.5.3 Dados Financeiros

Tabela 9 – Gestão: Dados financeiros

	2013	2012
Receita operacional bruta (R$ mil)	14.045	12.986
Receita operacional líquida (R$ mil)	11.212	9.596
Sobras líquidas (R$ mil)	2.245	481
Patrimônio líquido societário (R$ mil)	13.355	11.229
Valor patrimonial do lote de mil quotas	1.000	1.000

4.6 Área de permissão



5 DESEMPENHOS COMERCIAIS

5.1 Vistorias nas Unidades consumidoras

Realizamos 1.349 vistorias nas unidades consumidoras, buscando reduções das perdas elétricas do sistema de distribuição.

5.2 Iluminação Pública

A CEPRAG presta serviço de manutenção e instalação para o município, o material e o pagamento das faturas é de responsabilidade do município.

5.3 Plantão 24 horas

No ano de 2013, o Serviço de atendimento ao consumidor atendeu a 2.134 chamados em diversas localidades, com falta de energia elétrica.

5.4 Aferições de medidores

Durante o ano de 2013 foram realizadas 182 aferições de medidores de energia.

5.5 Balanço Energético - Janeiro/2013 = Dezembro/2013

No ano de 2013 a CEPRAG adquiriu das concessionárias supridoras, a CEEE-RS E CELESC DISTRIBUIÇÃO, um total de 41.012,19MWh e distribuiu 35007MWh. As perdas somam o percentual de 13,53 %.

5.6 Conclusão

Executamos todos os projetos necessários para o bom desempenho no sistema de distribuição de energia elétrica. Colocamos em funcionamento os principais projetos da CEPRAG, garantindo o fornecimento de energia a todos os consumidores para os próximos anos.

6 PLANEJAMENTOS DE ATIVIDADES – 2014

O crescimento no consumo de energia elétrica vem aumentando a cada ano, e para atender essa demanda, buscamos alternativas no setor de distribuição de energia com novos equipamentos e investimentos nas redes de distribuição.

6.1 Na área administrativa

Implantar o sistema E2 SMS – Sistema de mensagens via celular, buscando um contato imediato com o associado:

- Certificação da ISO 9001;
- Dar continuidade ao recadastramento dos associados/ consumidores;
- Intensificar vistoria e fiscalização de padronização das medições;
- Aumentar a eficiência nos resultados de atendimento ao associado/consumidor, sempre seguindo as orientações e resoluções da Agência reguladora;
- Aquisição de um servidor de rede para a área de TI;
- Construção de um pavilhão/garagem para os caminhões;
- Aquisição de dois veículos para a área técnica;

6.2 Na área técnica

PROJETOS: Paralelamente ao projeto da Subestação São João do Sul, estamos planejando os seguintes investimentos na rede de distribuição.

Está prevista a compra de novos reguladores de tensão no valor de R$ 200.000,00 (duzentos mil reais), visando atender o aumento de carga. E também a compra de 400 novos medidores num valor de R$ 40.500,00 (quarenta mil e quinhentos reais) com esta compra poderemos trocar medidores antigos por novos medidores eletrônicos que proporcionam maior confiabilidade nas leituras.

Planejamento 2014:

Obra	Tipo	Descrição das Obras	Total R$ mil	Justificativa
1	Melhoria	Troca cabos, postes e transformadores.	516,98	Melhoria em redes de média e baixa tensão.
2	Expansão	Expansão de redes de média e baixa tensão	541,42	Atender a novos consumidores e ao crescimento da carga.
3	Renovação	Troca cabos, postes e transformadores.	377,88	Substituição materiais e equipamentos que cheguem ao fim da vida útil ou tenha sido avariados.
Total			**1.436,28**	

6.3 Na área social

a) Dar continuidade aos Projetos Sociais Cooperjovem e investir novamente no projeto Planeta Luz;

b) Continuidade no programa de apoio financeiro às APAEs de Praia Grande, São João do Sul e Passo de Torres;

c) Continuidade no apoio financeiro mensal a Associação Hospitalar Nossa Senhora de Fátima;

d) Continuidade no programa de apoio financeiro e técnico, através da prestação de serviços às diversas entidades filantrópicas da nossa região;

e) Continuidade de apoio financeiro mensal de 50% das mensalidades, aos funcionários que estiverem cursando faculdade ou curso técnico;

f) Manutenção e apoio à CIPA – Comissão Interna de Prevenção de Acidentes, que continuará com as ações a atenções voltadas à prevenção de acidentes,com por exemplo a organização da SIPAT(semana interna de prevenção de acidentes no trabalho);

g) Manutenção e apoio à AFCEPRAG–Associação dos Funcionários da CEPRAG, na realização de suas atividades, sociais, culturais e recreativas.

h) Realização de todo os Cursos e Treinamentos, relativos à prevenção de acidentesdo trabalho e ao uso de equipamentos de proteção individual e coletivo, visando sempre a preservação da integridade física dos Funcionários.

AUDITORES INDEPENDENTES

Conforme previsões estatutárias e solicitação feita pelo Conselho Fiscal e obedecendo aos critérios e princípios adotados pela Diretoria, contratamos uma equipe de Auditores independentes da Empresa Müller Auditores Independentes S.S., para que fosse efetuado o mais amplo e completo levantamento sobre a atual situação Patrimonial, Administrativa, de Pessoal, Contábil, Econômica e Financeira da CEPRAG e que fossem emitidos os pareceres e conclusões da referida Auditoria.

AGRADECIMENTOS

A diretoria da CEPRAG nesta oportunidade manifesta seus agradecimentos a todos os Associados/Consumidores pela confiança. Também a todos os Membros da Diretoria e Conselho Fiscal, pelo apoio e dedicação, e aos nossos Funcionários pelo grande trabalho, responsável e consciente que realizaram.

A Diretoria da CEPRAG que, irmanada nos princípios norteadores das atividades Cooperativistas, sempre procurou servir da melhor maneira possível os seus Associados, oferecendo além dos serviços imediatos, energia elétrica com garantia de continuidade e de boa qualidade para que sejam alcançados os objetivos da sociedade.

Esperando que com estas informações tenhamos atingido nosso objetivo, que é o de esclarecer aos Associados com a maior transparência possível nossas atividades, permanecemos sempre ao inteiro dispor para qualquer outro esclarecimento que se fizer necessário.

Agradecemos a todos, contando com sua colaboração ao longo deste ano de 2014.

Nosso muito obrigado!

A Administração.

COOPERATIVA DE ELETRICIDADE PRAIA GRANDE - CEPRAG

Praia Grande - SC

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO
(Valores expressos em milhares de Reais)

ATIVO

	NOTA	2013	2012
CIRCULANTE		**3.205**	**2.540**
Caixa e equivalentes de caixa	6	106	26
Aplicações financeiras		9	-
Consumidores associados	7	2.399	1.926
Adiantamentos	8	149	105
Impostos a recuperar	9	184	157
Estoques	11	8	57
Serviços em curso	12	132	43
Outros créditos	10	160	187
Despesas antecipadas	13	58	39
NÃO CIRCULANTE		**13.814**	**13.028**
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		**741**	**539**
Depósitos judiciais		77	77
Impostos a recuperar	9	198	188
Crédito educativo		5	7
Ativo indenizado (permissão)	14	413	230
Outros créditos	10	48	37
INVESTIMENTOS		**128**	**114**
INTANGIVEL	14	**12.945**	**12.375**
TOTAL DO ATIVO		**17.019**	**15.568**

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

COOPERATIVA DE ELETRICIDADE PRAIA GRANDE - CEPRAG

Praia Grande - SC

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO
(Valores expressos em milhares de Reais)

PASSIVO

	NOTA	2013	2012
CIRCULANTE		**2.039**	**2.495**
Fornecedores	15	731	721
Salários e ordenados a pagar	16	151	137
Impostos, taxas e contribuições	17	366	306
Adiantamentos		70	10
Empréstimos e financiamentos		34	766
Provisão para férias	19	379	308
Taxas regulamentares	20	16	60
Pesquisa e desenvolvimento e eficiencia energética	21	234	134
Outros débitos	18	58	53
NÃO CIRCULANTE		**1.625**	**1.843**
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		**1.625**	**1.843**
Empréstimos e financiamentos		-	31
Provisão para riscos fiscais e outros passivos contingentes	23	1.625	1.812
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	25	**13.355**	**11.230**
CAPITAL SOCIAL		**1.690**	**1.518**
Capital social realizado		1.690	1.518
RESERVAS DE CAPITAL		**4**	**4**
Reserva de capital		4	4
RESERVAS DE SOBRAS		**10.875**	**9.540**
Fundo de reserva legal		5.183	4.959
Fundo de assitencia técnica educacional e social		113	125
Fundo de ampliação		5.579	4.456
SOBRAS ACUMULADAS		**786**	**168**
Sobras a disposição da AGO		786	168
TOTAL DO PASSIVO		**17.019**	**15.568**

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

COOPERATIVA DE ELETRICIDADE PRAIA GRANDE - CEPRAG

Praia Grande - SC

DEMONSTRAÇÃO DAS SOBRAS DO EXERCÍCIO
(Valores expressos em milhares de Reais)

	NOTA	Períodos 01/jan/13 a 31/dez/13	01/jan/12 a 31/dez/12
INGRESSOS OPERACIONAIS		**14.045**	**12.985**
Fornecimento de energia elétrica	26	13.090	12.276
Receita pela disponibilidade de rede elétrica		-	4
Arrendamentos e aluguéis		244	152
Prestação de serviços e outras receitas	26	711	553
DEDUÇÕES DOS INGRESSOS		**(2.833)**	**(3.390)**
Impostos e contribuições	27	(2.461)	(2.354)
Encargos do consumidor	27	(372)	(1.036)
INGRESSOS LÍQUIDOS		**11.212**	**9.595**
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA		**(7.958)**	**(7.972)**
Energia elétrica comprada para revenda		(3.039)	(2.778)
CUSTO DE OPERAÇÃO			
Pessoal (inclui remuneração a administradores)	28	(2.699)	(2.457)
Material		(532)	(943)
Serviços de terceiros		(614)	(534)
Depreciação e amortização		(642)	(715)
Provisões		(15)	(165)
Seguros, tributos e alugueis		(121)	(63)
Outras		(296)	(317)
SOBRA OPERACIONAL BRUTA		**3.254**	**1.623**
INGRESSOS (DISPÊNDIOS) OPERACIONAIS		**(1.009)**	**(1.142)**
Dispêndios financeiros	29	(124)	(133)
Ingressos financeiros	29	126	109
Dispêndios gerais e administrativos		(1.021)	(1.067)
Outros ingressos (dispêndios) operacionais liquidos		10	(51)
SOBRAS LÍQUIDAS DO EXERCÍCIO		**2.245**	**481**

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

COOPERATIVA DE ELETRICIDADE PRAIA GRANDE - CEPRAG

Praia Grande - SC

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
(Valores expressos em milhares de Reais)

	Períodos	
	01/jan/13 a 31/dez/13	01/jan/12 a 31/dez/12
ATIVIDADES OPERACIONAIS	**1.739**	**157**
Sobras líquidas do exercício	2.245	481
Aumento (Redução) depreciação	-	-
Redução (Aumento) de consumidores associados	(473)	(308)
Redução (Aumento) de impostos a recuperar	(37)	(46)
Redução (Aumento) de estoques	49	(17)
Redução (Aumento) de serviços em curso	(89)	(43)
Redução (Aumento) de adiantamentos	(44)	(5)
Redução (Aumento) de depósitos judiciais	-	(19)
Redução (Aumento) de crédito educativo	2	60
Redução (Aumento) de outras contas a receber	16	(116)
Redução (Aumento) de despesas antecipadas	(19)	(38)
Aumento (Redução) de fornecedores	10	166
Aumento (Redução) de salários a pagar	14	7
Aumento (Redução) de impostos e contrib. diversas	60	55
Aumento (Redução) de adiantamentos	60	-
Aumento (Redução) de provisão de férias	71	11
Aumento (Redução) de taxas regulamentares	(44)	(41)
Aumento (Redução) de pesquisa e desenv. e eficiência energética	100	67
Aumento (Redução) de outros débitos	5	4
Aumento (Redução) de provisão contigentes	(187)	(61)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	**(767)**	**(552)**
Redução (Aumento) de investimentos	(14)	17
Aumento do intangível	(570)	(2.881)
Aumento do ativo financeiro (permissão)	(183)	2.312
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	**(883)**	**291**
Aumento do capital social	4	6
Redução da reserva de fates	(124)	(189)
Aumento (Redução) de empréstimos e financiamentos	(763)	474
AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	**89**	**(104)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	26	130
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	115	26

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

COOPERATIVA DE ELETRICIDADE PRAIA GRANDE - CEPRAG

Praia Grande - SC

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Valores expressos em milhares de Reais)

EVENTOS	CAPITAL REALIZADO	RESERVA DE CAPITAL	RESERVAS DE SOBRAS				SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA AGO	TOTAIS
			FUNDO DE RESERVA LEGAL	FATES	FUNDO DE AMPLIAÇÃO	TOTAIS		
SALDOS 31/DEZ./11	**1.359**	**4**	**4.911**	**290**	**4.215**	**9.416**	**153**	**10.932**
1 - AUMENTO DE CAPITAL								
- Integralização de quotas	6							6
2 - DESTINAÇÕES DO RESULTADO CONFORME AGO	153						(153)	
3 - REALIZAÇÃO DE RESERVAS				(189)		(189)		(189)
4 - RESULTADO DO EXERCÍCIO							481	481
5 - DESTINAÇÕES ESTATURÁRIAS			48	24	241	313	(313)	
SALDOS 31/DEZ./12	**1.518**	**4**	**4.959**	**125**	**4.456**	**9.540**	**168**	**11.230**
1 - AUMENTO DE CAPITAL								
- Integralização de quotas	4					-		**4**
2 - DESTINAÇÕES CFE AGO	168					-	(168)	-
3 - REALIZAÇÃO DE RESERVAS				(124)		**(124)**		**(124)**
4 - RESULTADO DO EXERCÍCIO						-	2.245	**2.245**
5 - DESTINAÇÕES ESTATURÁRIAS			224	112	1.123	**1.459**	(1.459)	-
SALDOS 31/DEZ./13	**1.690**	**4**	**5.183**	**113**	**5.579**	**10.875**	**786**	**13.355**
MUTAÇÕES DO PERÍODO	**172**	**-**	**224**	**(12)**	**1.123**	**1.335**	**618**	**2.125**

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
(Valores expressos em milhares de Reais)

	Períodos	
	01/jan/13 a 31/dez/13	01/jan/12 a 31/dez/12
ERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
RECEITA BRUTA	**14.045**	**12.986**
(-) INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	**(4.744)**	**(5.038)**
Energia Elétrica	(3.233)	(2.964)
Serviços de terceiros	(473)	(417)
Manutenções da rede, veículos e materiais de uso	(318)	(766)
Água, energia, telefone, combustivel, seguro	(432)	(429)
Viagens, estadas, alimentação e deslocamentos	41	36
Atendimento, treinamento ao associado	(35)	(29)
Propaganda e Publicidade	(37)	(34)
Provisão de créditos de liquidação duvidosa	(7)	(165)
Outros	(250)	(270)
(=) VALOR ADICIONADO BRUTO	**9.301**	**7.948**
(-) RETENÇÕES	**(642)**	**(715)**
Depreciação do periodo	(642)	(715)
(=) VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	**8.659**	**7.233**
(+) VALORES RECEBIDOS DE TERCEIROS	**136**	**57**
Receitas financeiras	125	109
Outras receitas e despesas	11	(52)
(=) VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	**8.795**	**7.290**
=) DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	**(8.795)**	**(7.290)**
Remuneração do trabalho e encargos	(3.554)	(3.245)
Governo (Impostos, taxas e contribuições)	(2.872)	(3.431)
Terceiros (Juros, multas e outras despesas financeiras)	(124)	(133)
Sobras liquidas do exercicio	(2.245)	(481)

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

Notas Explicativas às Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Valores expressos em milhares de reais)

Nota Explicativa 1: CONTEXTO OPERACIONAL

A CEPRAG é uma sociedade COOPERATIVA destinada a pesquisar, estudar, planejar, construir e explorar a Distribuição e Comercialização de Energia, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, e pelo Ministério de Minas e Energia. Nossa Permissionária está autorizada a participar de consórcios ou companhias, em conjunto com empresas públicas e/ou privadas, com o objetivo de desenvolver atividades nas áreas de energia, observada a legislação aplicável.

Nota Explicativa 2: PRINCIPAIS ATIVIDADES

Distribuição de energia elétrica adquirida, manutenção e operação das linhas de transmissão e distribuição aos seus consumidores.

Nota Explicativa 3: DA PERMISSÃO

As áreas de permissão estão situadas nos municípios de Balneário Gaivota, Jacinto Machado, Passo de Torres, Santa Rosa do Sul, Praia Grande e São João do Sul, e são aquelas delimitadas durante a instrução do processo administrativo nº 48500.001379/2000-34 de regularização da CEPRAG, especificadas na resolução homologatória nº 207, de 27 de outubro de 2005 e homologadas pela resolução autorizativa nº 1.519, de 23 de setembro de 2008, constantes do contrato de permissão disponibilizado em *http://www.aneel.gov.br*.

A permissão terá prazo único de 30 (trinta) anos, podendo ser prorrogado por igual período, a juízo do poder concedente, contados a partir de 17 de março de 2010 conforme contrato 019/2012.

Nota Explicativa 4: APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, conjugadas com a legislação específica emanada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e normas da Comissão de Valores Mobiliários, observando as diretrizes contábeis da legislação societária (Lei nº 6.404/76) que incluem os dispositivos introduzidos, pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007 e Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, assim como o CPC PMEs. Tais dispositivos tiveram como principal objetivo atualizar a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas adotadas no Brasil com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade que são emitidas pelo "*Internacional Accouting Standard Board – IASB*".

Em 2011 entrou em vigor a contabilidade regulatória, instituída pela Resolução ANEEL nº 396/2010 e orientações complementares foram expedidas pela SFF/ANEEL através dos Despachos nº 4.722/2009, 4.097/2010, 4.991/2011, 155/2013 e 4.413/2013.

A partir daquele período, a SFF/ANEEL determinou que, no Balanço Regulatório, fossem utilizados modelos diferenciados com a exposição das informações de forma direcionada a apuração de dados tarifários e que demonstrem o equilíbrio econômico-financeiro da permissão.

As demonstrações contábeis regulatórias são compostas pelo balanço contábil regulatório (Ativo, Passivo e Demonstração das Sobras) e notas conciliatórias. Todos os quadros que compõem o balanço regulatório devem ser auditados pela mesma empresa de auditoria independente das demonstrações contábeis societárias, conforme manual expedido pela ANEEL exclusivamente para esse fim.

A) **BASE DE MENSURAÇÃO:** As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico. Administração da permissionária definiu que sua moeda funcional é o Real de acordo com as normas descritas no CPC 02 e Resolução CFC Nº 1.295/10 – Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis. Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e passivos monetários são reconhecidos na demonstração do resultado. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com bases nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado.

B) **ESTIMATIVAS CONTÁBEIS:** A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor do ativo indenizado, residual do ativo intangível, estoques, provisão para créditos de liquidação duvidosa, depósitos judiciais e provisão para perdas trabalhistas e cíveis. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração da Cooperativa revisa essas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

Nota Explicativa 5: PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

A) **CAIXAS E EQUIVALENTES DE CAIXA:** Compostos por valores em espécie e depósitos bancários, disponíveis.

B) **APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO E TÍTULOS DE VALORES MOBILIÁRIOS:** Estão, quando aplicável, demonstrados pelo custo, acrescido das remunerações contratadas, reconhecidas proporcionalmente até a data das demonstrações contábeis.

C) CONSUMIDORES A RECEBER: Engloba as contas a receber com fornecimento de energia e uso da rede, faturado e não faturado, este por estimativa, serviços prestados, acréscimos moratórios e outros, até a data do balanço, contabilizado com base no regime de competência. São considerados ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis.

D) PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA: As contas a receber de consumidores e outros estão apresentados líquidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD reconhecida em valor considerado suficiente pela administração para cobrir as prováveis perdas na realização das contas a receber de consumidores e títulos a receber cuja recuperação é considerada improvável. A PCLD é constituída com base nos valores a receber dos consumidores da classe residencial vencidos há mais de 90 dias, da classe comercial vencidos há mais de 180 dias e das classes industrial, rural, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos vencidos há mais de 360 dias. Considera também, uma análise individual dos títulos a receber e do saldo de cada consumidor, de forma que se obtenha um julgamento adequado dos créditos considerados de difícil recebimento, baseando-se na experiência da Administração em relação às perdas efetivas, na existência de garantias reais, entre outros.

E) ESTOQUE (INCLUSIVE DO ATIVO IMOBILIZADO): Os materiais em estoque, classificados no ativo circulante, estão registrados ao custo médio de aquisição e aqueles destinados a investimentos estão classificados no ativo imobilizado, pelo custo de aquisição também controlados pelo custo médio.

F) PERMISSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO (ATIVO INDENIZADO): m Refere-se à parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados até o final da permissão, classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente, decorrente da aplicação das Interpretações Técnicas ICPC 01 (R1) – Contrato de concessão e da Orientação Técnica OCPC 05 – Contrato de concessão. Essa parcela de infra-estrutura classificada como ativo financeiro é remunerada por meio do denominado WACC regulatório, que consiste na remuneração do investimento e que é cobrada mensalmente na tarifa dos consumidores. Diferenças entre o valor justo contabilizado e o novo valor justo apurado são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido, como Ajuste de Avaliação Patrimonial, somente nas demonstrações regulatórias em virtude da Agência Reguladora não aprovar determinadas Normas Internacionais.

G) INTANGÍVEL: Compreende o direito de uso da infra-estrutura, construída ou adquirida pelo operador ou fornecida para ser utilizada pela outorgante como parte do contrato de permissão do serviço público de energia elétrica (direito de cobrar dos usuários do serviço público por ela prestado), em consonância com as disposições das Deliberações CVM nº 553, de 12 de novembro de 2008, 677, de 13 de dezembro de 2011 e 654, de 28 de dezembro de 2010, que aprovam respectivamente o CPC 04 – Ativos Intangíveis, o ICPC 01 (R1) – Contrato de Concessão, ICPC 17 - Contrato de Concessão: Evidenciação e a OCPC 05 – Contrato de Concessão. É avaliado ao custo de aquisição/construção, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

A permissionária entende não haver qualquer indicativo de que o valor contábil dos bens do ativo intangível exceda o seu valor recuperável. Tal conclusão é suportada pela metodologia de avaliação da base de remuneração utilizada para cálculo da amortização cobrada via tarifa, já que, os registros contábeis e a base de cálculo da amortização regulatória são determinados pelo Agente Regulador.

H) TAXAS REGULAMENTARES

1. *Reserva Global de Reversão (RGR):* Encargo do setor elétrico pago mensalmente pelas empresas concessionárias de energia elétrica, com a finalidade de prover recursos para reversão, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica.

2. *Conta Consumo de Combustível (CCC):* Parcela da receita tarifária paga pelas distribuidoras, nos sistemas interligados com dupla destinação: pagar as despesas com o combustível usado nas térmicas que são acionadas para garantir as incertezas hidrológicas e; subsidiar parte das despesas com combustível nos sistemas isolados para permitir que as tarifas elétricas naqueles locais tenham níveis semelhantes aos praticados nos sistemas interligados.

3. *Conta de Desenvolvimento Energético (CDE):* Tem o objetivo de promover o desenvolvimento energético dos Estados e a competitividade da energia produzida, a partir de fontes alternativas nas áreas atendidas pelos sistemas interligados, permitindo a universalização do serviço de energia elétrica. Os valores a serem pagos também são definidos pela ANEEL.

4. *Programas de Eficientização Energética (PEE) – Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) – Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE):* São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as distribuidoras de energia elétrica que estão obrigadas a destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida para aplicação nesses programas.

5. *Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE): O*s valores da taxa de fiscalização incidentes sobre a distribuição de energia elétrica são diferenciados e proporcionais ao porte do serviço concedido, calculados anualmente pela ANEEL, considerando o valor econômico agregado pelo permissionário.

I) RECONHECIMENTO DE RECEITA: A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita líquida é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e encargos sobre vendas.

1. *Receita Não Faturada:* Corresponde à receita de fornecimento de energia elétrica, entregue e não faturada ao consumidor, e à receita de utilização da rede de distribuição não faturada, calculada em base estimada, referente ao período após a medição mensal e até o último dia do mês.

J) Salários e Ordenados a Pagar: Estão demonstrados pelos valores das obrigações com salários de funcionários e com honorários de dirigentes, devidos até a data do balanço.

K) Apuração das Sobras: Os ingressos e dispêndios são reconhecidos pelo regime de competência.

L) Outros direitos e obrigações: Demais ativos e passivos circulantes e de longo prazo estão atualizados até a data do balanço, quando legal ou contratualmente exigidos.

Nota Explicativa 6: DISPONIBILIDADES

Tabela 10 – Disponibilidade

	Legislação societária	
Numerário Disponível	**2013**	**2012**
Caixa	10	24
Bancos	96	2
TOTAL	**106**	**26**

Nota Explicativa 7: CONSUMIDORES

a) Composições das contas a receber

Tabela 11 – Consumidores: Contas a receber

Legislação societária								
					Provisão para Devedores duvidosos		Saldo	
Consumidor	**Vincendos**	**Vencidos até 90 dias**	**Vencidos há mais de 90 dias**	**Total**	**2013**	**2012**	**2013**	**2012**
Residencial	467	152	87	706	(108)	(88)	598	573
Industrial	197	151	155	503	(154)	(154)	349	225
Comercial	269	68	54	391	(51)	(56)	340	276
Rural	283	92	41	416	(43)	(42)	373	333
Poder público	28	-	3	31	(2)	(1)	29	15
Iluminação pública	44	-	1	45	(1)	(1)	44	34
Serviço público	12	-	-	12	-	-	12	15
Renda não faturada	419	-	-	419	-	-	419	-
Subtotal – consumidores	**1.719**	**463**	**341**	**2.523**	**(359)**	**(342)**	**2.164**	**1.471**
Serviço taxado	4	-	-	4	-	-	4	-
Participação financeira	-	-	-	-	-	-	-	-
Parcelamentos	77	-	-	77	-	-	77	-
Outros créditos	154	-	-	154	-	-	154	-
TOTAL – CIRCULANTE	**1.954**	**463**	**341**	**2.758**	**(359)**	**(342)**	**2.399**	**1.471**

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída para fazer em face de eventuais créditos de liquidação duvidosa, em conformidade com o que determina o Manual de Serviços Público de Energia Elétrica, enquadrados nas seguintes situações:

- Consumidores residenciais vencidos há mais de 90 dias;
- Consumidores comerciais vencidos a mais de 180 dias;
- Consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos vencidos há mais de 360 dias.

b) Consumidores de baixa renda

A Lei 12.212 de 20 de janeiro de 2010 alterou as disposições contidas na lei 10.438 de 26 de abril de 2002, instituindo a TSEE (Tarifa Social de Energia Elétrica), que regulamenta o benefício aos consumidores da classe residencial baixa renda.

A ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) regulamentou a aplicação da Lei 12.212/2010 através da resolução homologatória nº 945/2010, ampliando prazos progressivos para eliminação de benefícios oriundos da aplicação da 10.438/2002 e resoluções da ANEEL nº 246/2002 e nº 485/2002.

A permissionária mantém a contabilização em classe própria, porém não recebe subvenção da CDE para complementação tarifária.

Nota Explicativa 8: ADIANTAMENTOS

Tabela 12 – Devedores diversos

	Legislação Societária	
Devedores Diversos	**2013**	**2012**
Adiantamento a empregados	53	50
Conta de energia		(3)
Auxilio educação SESCOOP		4
Adiantamento de férias	49	4
UNIMED	47	50
TOTAL	**149**	**105**

Nota Explicativa 9: TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A COMPENSAR

Tabela 13 – Tributos e contribuições a compensar - Circulante

CIRCULANTE	Legislação societária	
	2013	**2012**
ICMS a recuperar	180	155
Cofins	2	1
CSLL	1	0,5
Imposto de Renda	1	0,5
TOTAL	**184**	**157**

Tabela 14 – Tributos e contribuições a compensar – Não Circulante

NÃO CIRCULANTE	Legislação societária	
	2013	**2012**
ICMS sobre ativo imobilizado	198	188
TOTAL	**198**	**188**

Nota Explicativa 10: OUTROS CRÉDITOS

Referem-se principalmente a cheques pré-datados a compensar, cheques devolvidos em cobrança, alienações em curso e suas respectivas provisões para perdas. Os valores estimados a se realizarem após 12 meses, estão classificados no longo prazo.

Nota Explicativa 11: ESTOQUE

Tabela 17 – Estoque

	Legislação Societária	
	2013	**2012**
Almoxarifado de manutenção	5	50
Resíduos e sucatas	3	7
Adiantamento a fornecedores	-	0
TOTAL	**8**	**57**

Nota Explicativa 12: SERVIÇOS EM CURSO

Tabela 18 – Serviços

	Legislação Societária	
	2013	**2012**
Serviço	71	43
P&D e PEE	61	-
TOTAL	**132**	**43**

Nota Explicativa 13: DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE

Tabela 19 – Despesas pagas antecipadamente

	Legislação Societária	
	2013	**2012**
Prêmios de seguros (prédios e veículos)	10	7
Eletrobrás/Proinfa	17	11
Implantação 367/2009	30	20
IPVA veículos	1	1
TOTAL	**58**	**39**

Nota Explicativa 14: INTANGÍVEL

Por natureza, o intangível está constituído da seguinte forma:

Tabela 20 – Intangível

	Custo Histórico	Amortização acumulada	Valor Líquido	
			2013	2012
Em Serviço	**15.825**	**(3.670)**		**11.653**
Distribuição	**14.037**	**(3.162)**		**10.299**
Licença de software	88	(29)		77
Terrenos	100	0		100
Edificações	143	(12)		141
Máquinas e equipamentos	12.414	(2.448)		9.464
Veículos	1.291	(672)		516
Móveis e utensílios	1	0		1
Comercialização	**51**	**(12)**		**34**
Administração	**1.737**	**(496)**		**1.320**
Licença de software	45	(12)		32
Terrenos	116	0		116
Edificações	1.048	(222)		861
Máquinas e equipamentos	295	(171)		148
Veículos	96	(32)		78
Móveis e utensílios	137	(58)		85
Em curso	**1.353**	**0**		**1.016**
Distribuição	1.337	0		1.000
Comercialização	5	0		5
Administração	11	0		11
TOTAL	**17.178**	**(3.670)**	**13.508**	**12.669**

Total do Imobilizado	**13.508**
(-) Participação Financeira Consumidor	(150)
(=) Total Imobilizado Liquido	**13.358**
Dividido em:	
Ativo Indenizado (a)	413
Intangível (b)	12.945
(=) Total Imobilizado Liquido	**13.358**

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de distribuição de energia elétrica da cooperativa, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) – Contrato de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de distribuição elétrica, abrangendo:

(a) Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro indenizável por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente; e

(b) Parcela remanescente à determinação do ativo financeiro (valor residual) classificada como um ativo intangível em virtude de a sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, neste caso, do consumo de energia pelos consumidores.

A agência reguladora (ANEEL) é responsável por estabelecer a vida útil econômica estimada de cada bem integrante da infraestrutura de distribuição, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da concessão. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como uma estimativa razoável/adequada para efeitos contábeis e regulatórios e que representa a melhor estimativa de vida útil dos bens.

A Administração da cooperativa entende que a amortização do ativo intangível deve respeitar a vida útil estimada de cada bem integrante do conjunto de bens tangíveis contidos na infraestrutura de distribuição. Assim sendo, esses bens devem ser amortizados individualmente, respeitando a vida útil de cada um deles, limitada ao prazo de vencimento da concessão. Como resultado da utilização desse critério de amortização, o total do ativo intangível será sempre amortizado de forma não linear.

As principais taxas anuais de depreciação por macro atividade, de acordo com a Portaria ANEEL nº 367/2009 e resolução normativa nº 474 de 2012, são as seguintes:

Tabela 21 – Taxas anuais de depreciação por macro atividade

	Taxas anuais de depreciação (%)
Distribuição	
Banco de capacitores (sistema de distribuição)	**6,7**
Chave de distribuição	**6,7**
Condutor do sistema de distribuição	**4,0**
Equipamento geral	**6,25**
Estrutura do sistema	**5,0**
Medidor	**4,0**
Regulador de tensão	**4,35**
Religador	**4,0**
Transformador	**4,0**
Edificação	**3,33**
Veículos	**14,29**
	Taxas anuais de depreciação (%)
Comercialização	
Equipamento geral	**6,25**
Edificações	**3,33**
Máquinas e equipamentos	**6,25**
Móveis e utensílios	**6,25**
	Taxas anuais de depreciação (%)
Administração	
Equipamento geral	**6,25**
Edificações	**3,33**
Máquinas e equipamentos	**6,25**
Veículos	**14,26**
Móveis e utensílios	**6,25**

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

A resolução ANEEL nº 20/99 regulamenta a desvinculação de bens das concessões do serviço público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto das alienações seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

14.1 Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica

São obrigações vinculadas à permissão do serviço público de energia elétrica e representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como, as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos no serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição.

O prazo de vencimento dessas obrigações é aquele estabelecido pelo órgão regulador para concessões de geração, transmissão e distribuição, cuja quitação ocorrerá ao final da concessão.

Tabela 22 – A composição destas obrigações

			Legislação Societária	
Participação Financeira do Consumidor	**Custo Histórico**	**Depreciação e amortização acumulada**	**Valor Líquido**	
			2013	**2012**
Distribuição	150	0	150	64
TOTAL	150	0	150	64

Nota Explicativa 15: FORNECEDORES

Tabela 23 – Fornecedores

	Legislação societária	
	2013	**2012**
CEEE-RS	-	109
Celesc	311	205
Materiais e Serviços	420	407
TOTAL	**731**	**721**

Nota Explicativa 16: SALÁRIOS E ORDENADOS

Tabela 24 – Folha de pagamento

	Legislação societária	
	2013	**2012**
Diretores	6	5
Empregados	126	104
Outros	19	28
TOTAL	**151**	**137**

Nota Explicativa 17: IMPOSTO E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

Tabela 25 – Imposto e contribuições sociais

	Legislação Societária	
Circulante	**2013**	**2012**
ICMS A RECOLHER	262	222
IMPOSTO DE RENDA	1	1
INSS A RECOLHER	77	61
FGTS	23	17
PIS	2	3
OUTROS	1	2
TOTAL	**366**	**306**

Nota Explicativa 18: OUTROS DÉBITOS

Tabela 26 – Outros Débitos

	Legislação Societária	
	2013	**2012**
Fecoerusc - Contribuição	1	5
Taxa de Fiscalização	3	3
Juros da Eletrobrás / Compulsório	2	2
Convênios CIP - Municípios	42	37
Convênios a Repassar (Apaes, Hospitais, Itesc)	10	6
TOTAL	**58**	**53**

Nota Explicativa 19: OBRIGAÇÕES ESTIMADAS

Tabela 27 – Obrigações estimadas

	Legislação Societária	
	2013	**2012**
Provisão de Férias	379	308
TOTAL	**379**	**308**

Nota Explicativa 20: TAXAS REGULAMENTARES / ENCARGOS DO CONSUMIDOR

Tabela 28 – Encargos do consumidor

	Legislação Societária	
	2013	**2012**
Quota da conta de desenvolvimento energético – CDE	8	30
FNDCT	5	3
Quota da conta de consumo de combustível – CCC	-	20
MME	3	2
Encargos reembolso perdas sistema	-	5
TOTAL	**16**	**60**

Nota Explicativa 21: PESQUISA E DESENVOLVIMENTO E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

Tabela 29 – Pesquisa e desenvolvimento e Eficácia energética

	Legislação Societária	
	2013	**2012**
P&D RECURSOS EM PODER DA EMPRESA	67	39
PEE - PROGRAMA DE EFICIÊNCIA ENERGÁTICA	167	95
TOTAL	**234**	**134**

Nota Explicativa 22: CONTRIBUIÇÃO PARA PIS/COFINS SOBRE FATURAMENTO

A Lei nº 5.764/71, que regulamenta as sociedades cooperativas, estabelece a isenção da tributação do ato cooperativo resultando consequentemente na *não* tributação do PIS/COFINS, na venda de bens e serviços aos seus associados.

A contribuição para o PIS/COFINS ocorre na venda de bens a não associados, na proporção de 0,65% (zero sessenta e cinco pontos percentuais) para o PIS e de 3,00% (três pontos percentuais) para a COFINS.

No ano de 2012 e 2013 a permissionária não forneceu energia a consumidores não associados.

Nota Explicativa 23: PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS E CONTINGÊNCIAS

Até Foram provisionados no exercício, valores julgados suficientes para cobertura de eventuais perdas contingenciais:

Tabela 30 – Provisão de Riscos Fiscais

	Descrição	Valor R$
1	Provisões Trabalhistas	443
2	Provisões Tributárias	1.110
3	Provisões Judiciais (Ações de Indenização e Cobrança)	72
Somatório		**1.625**

Encontram-se em andamento reclamatórias cíveis (3) e trabalhistas (1) movidas contra a entidade. Com base nas análises efetuadas pela assessoria jurídica da entidade, os riscos de perda dessas causas, classificados como "Prováveis", chegam ao valor de R$ 702 mil reais, dos quais foram realizados os registros contábeis dessas contingências, conforme disposto na Resolução CFC Nº 1.180/09.

Do quadro acima, referente Provisões Tributárias, destacamos:

A) O item 2 do quadro acima, refere-se ao auto de infração nº. 09.2.01.00-2006-00356-6, referente à PIS e COFINS, compreendendo o período de fiscalização Set./2001 a Jun./2006, sendo provisionados por seus valores atualizados com multas e juros, constantes no TERMO DE ENCERRAMENTO E VERIFICAÇÃO FISCAL de 05 de dezembro de 2006. Cabe ressaltar que a FECOERUSC – Federação das Cooperativas de Energia do Estado de Santa Catarina, através de sua Assessoria Jurídica, está questionando a legitimidade dos débitos levantados, defendendo numa ação conjunta de várias cooperativas, haja vista não concordar com as bases de cálculos apresentadas pelo fisco. Neste entendimento a Cooperativa deixa de provisionar os referidos tributos, referentes ao período de Jul./2006 a Abr./2007, período pós- fiscalização, por julgar insuficiente a certeza sobre quais bases de cálculos serão apurados tais tributos. Em maio de 2007 a Cooperativa iniciou o pagamento de PIS e COFINS, 0,65% e 3% respectivamente, sobre suas operações com não associados, de acordo com o artigo 10 da Lei nº 10.133 de 29/12/2003.

B) O cálculo das provisões para o imposto de renda e a contribuição social foi efetuado obedecendo ao disposto na legislação fiscal e a Lei nº 5.764/7l, (Sociedades Cooperativas), que define operações com associados e com terceiros. A Lei nº 5.764/7l define como isenta as operações com associados, portanto, o imposto de renda foi calculado somente sobre as operações com terceiros na forma da legislação vigente, ou, à alíquota de 15% sobre a base de cálculo, acrescido de adicional de 10% sobre o que exceder o limite de R$ 20.000,00 mensais, e, a Contribuição Social foi calculada a alíquota de 9% da base de cálculo sobre a receita com terceiros (não associados). o presente momento a CEPRAG não possui provisões para contingência.

Nota Explicativa 24: DESTINAÇÕES ESTATUTARIAS

Das sobras apuradas no valor de R$ 2.245 mil reais neste exercício, foram efetuadas as seguintes provisões, de acordo com o artigo 46º do estatuto social:

Tabela 31 – Destinações Estatutárias

CONTAS	%	2013	2012
A) Fundo de Reserva Legal	10	224	48
B) Fundo de Assistência Téc. Educ. Social (FATES)	5	112	24
C) Fundo de Desenvolvimento e Melhoria	50	1.123	241
D) Sobras à disposição da AGO		**786**	**168**

Nota Explicativa 25: PATRIMONIO LÍQUIDO

25.1 Capital social

Pertence inteiramente a associados domiciliados no país, totalmente integralizado e correspondente à participação de 18.452 (dezessete mil, seiscentos e sessenta a cinco) associados em 31/dez./2013.

Conforme artigo do Estatuto Social:

> a) - O Fundo de Reserva, destinado a reparar perdas ou atender o desenvolvimento de suas atividades, constituído de 10% (dez por cento), pelo menos, das sobras líquidas verificadas no exercício.
>
> b) - O Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social, destinado a prestação de assistência aos empregados, associados e seus familiares, constituído de 5% (cinco por cento), pelo menos, das sobras líquidas do exercício.
>
> c) - O Fundo de Desenvolvimento, Ampliação e Melhoria, constituído de 50% (cinquenta por cento) das sobras, destinado a ampliação dos setores operacionais existentes ou a criação de novos para o atendimento coletivo.

§ 1º - Os serviços a serem atendidos pelo Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social poderão ser executados mediante Convênios firmados com entidades especializadas, públicas e/ou privadas.

§ 2º - O Fundo de Desenvolvimento, Ampliação e Melhoria destina-se a assegurar aplicação de recursos na manutenção das redes de distribuição existentes e na sua ampliação, representado por dispêndios, ou despesas realizadas para atendimento de não Associados, ou inversões. Como forma de realização, será adotada o percentual resultante da despesa de depreciação sobre as redes de distribuição no exercício e o seu resultado destinado ao aumento de capital social, salvo deliberação em contrário da Assembléia Geral.

Art. 62 - Além do percentual de 10% (dez por cento) das sobras líquidas apuradas no exercício, reverterão em favor do Fundo de Reserva.

a) - Os créditos não reclamados, decorridos 5 (cinco) anos.

b) - Os auxílios e doações sem dotação especial.

c) - As rendas eventuais de qualquer natureza.

Nota Explicativa 26: RECEITA OPERACIONAL

26.1 Fornecimento energia elétrica

Tabela 32 – Fornecimento energia elétrica

	Nº de consumidores		MWH		Legislação societária	
	2013	**2012**	**2013**	**2012**	**2013**	**2013**
Consumidores						
Residencial	8.625	7.881	13.665	12.307	5.301	5.210
Industrial	455	363	4.964	4.223	1.964	1.752
Comercial	954	830	6.131	5.521	2.520	2.423
Rural	3.143	2.977	7.499	7.129	1.998	1.977
Poder público	125	110	612	596	251	263
Iluminação pública	139	139	2.227	2.241	513	553
Serviço público	16	16	284	240	123	102
Consumo próprio	10	9	76	81	-	-
Renda não faturada		-			420	-
(-) Uso do sistema de distribuição		**-**		**-**		**-4**
TOTAL	**13.467**	**12.325**	**35.458**	**32.338**	**13.090**	**12.276**

26.2 Prestação de Serviço e outras receitas

Tabela 33 – Serviço e outras receitas

	Legislação societária	
	2013	**2012**
Renda de prestação de serviço	128	485
Recursos recebidos Eletrobrás	499	-
Serviço taxado	39	33
Outras receitas	45	35
TOTAL	**711**	**553**

Nota Explicativa 27: DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL

27.1 Impostos

Tabela 34 – Receita operacional: Impostos

	Legislação societária	
	2013	**2012**
ICMS	2.457	2.349
ISSQN	4	5
TOTAL	**2.461**	**2.354**

27.2 Encargos do Consumidor

Tabela 35 – Receita operacional: Encargos do consumidor

	Legislação societária	
	2013	**2012**
Quota p/ reserva global de reversão - RGR	20	208
Programa de Eficiência Energética - PEE	54	44
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	183	337
Conta de Consumo de Combustível - CCC	58	372
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	54	47
Encargos ex-isolados	3	-
Encargos reembolso perdas sistema	-	28
TOTAL	**372**	**1.036**

Nota Explicativa 28: DESPESAS OPERACIONAIS

Tabela 36 – Despesas de Pessoal

	Legislação societária	
	2013	**2012**
Remunerações	1.542	1.472
Encargos sociais	829	732
Assistência médica e plano de saúde	26	18
Seguros	24	20
Capacitação e treinamento	25	24
Outros benefícios	8	10
Auxilio alimentação	245	181
TOTAL	**2.699**	**2.457**

Nas despesas com pessoal estão incluídas a remunerações dos diretores e membros do Conselho Fiscal.

Nota Explicativa 29: RESULTADO FINANCEIRO

Tabela 37 – Resultado financeiro

	Legislação societária	
	2013	**2012**
Receitas financeiras	126	109
(-) Despesas financeiras	(124)	(133)
TOTAL	**2**	**(24)**

Tabela 38 – Resultado financeiro: Receitas financeiras

Receitas financeiras	Legislação societária	
	2013	**2012**
Rendas de aplicações financeiras	3	0
Multas por atraso de fatura	99	100
Juros recebidos	1	2
Outros ingressos recebidos	23	7
TOTAL	**126**	**109**

Despesas financeiras	Legislação societária	
	2013	**2012**
Juros	33	7
Encargos sobre financiamentos	73	106
IOF	14	15
Dispêndios bancários	4	5
TOTAL	**124**	**133**

Nota Explicativa 30: PLANO DE SAÚDE E OUTROS BENEFÍCIOS AOS EMPREGADOS

A permissionária patrocina plano de saúde aos funcionários e fornece vale alimentação.

CEPRAG
"Um sonho ontem, uma realidade hoje."

COOPERATIVA DE ELETRICIDADE PRAIA GRANDE
Rua Dona Maria José, 323 - CEP: 88990-000 - PRAIA GRANDE - SC
Fone/Fax: (48) 3532-6400 - E-mail: ceprag@ceprag.com.br
CNPJ: 78.274.610/0001-70 - Inscrição Estadual: 251.070.727

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DA COOPERATIVA DE ELETRICIDADE PRAIA GRANDE, REALIZADA NO DIA 18 DE MARÇO DE 2014.

Aos dezoito dias do mês de março de 2014, às 17h00min, conforme convocação feita na reunião ordinária anterior, realizada no dia 18 de fevereiro de 2014, reuniram-se extraordinariamente, no Centro Administrativo da CEPRAG em Praia Grande, os Membros Efetivos do Conselho Fiscal da Cooperativa de Eletricidade Praia Grande, Senhores: Nelson Antônio Marques, Oziel Almeida da Silva, Júlio Rodrigues dos Santos, Sidney da Rosa Peres, Vagner Lumertz Valim e Rodrigo Candido Moreira dos Santos, para, sob a Coordenação do primeiro, tratarem de assuntos relacionados à apreciação e análise do Balanço Geral e suas peças contábeis, relativo ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013, conforme prescreve o inciso "I" do Artigo 27, do Estatuto Social. Verificando que havia "quorum" legal, o Coordenador deu por aberto os trabalhos. Em seguida passou-se a uma ampla análise das peças contábeis que integram o Balanço Geral. Foram analisados o Relatório da Diretoria, o Balanço Patrimonial, a Demonstração das Sobras do Exercício, a demonstração de Fluxo de Caixa, a Demonstração do Valor Adicionado e as Notas Explicativas. Após uma ampla verificação dos documentos mencionados e de acordo com o parecer dos Auditores Independentes, o Conselho Fiscal, por unanimidade, resolveu emitir o seu parecer, em recomendar à Assembléia Geral Ordinária, **a aprovação do Balanço Geral** com todos os seus Demonstrativos e anexos, relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013, conforme determina a letra "k" do Artigo 57 do Estatuto Social. Nada mais havendo a ser tratado, foi pelo Coordenador, encerrada a reunião que para constar eu, Oziel Almeida da Silva, Secretário, lavrei a presente ata que após lida e achada de conformidade vai assinada por todos. Praia Grande, 18 de março de 2014.

Esta é uma cópia fiel da ata transcrita no Livro de Registro de Atas de reuniões do Conselho Fiscal nº. 05, às folhas nºs. 26v, 27 e 27v.

Praia Grande, 18 de março de 2014.

Nelson Antônio Marques
Coordenador

Júlio Rodrigues dos Santos
Membro

Oziel Almeida da Silva
Secretário do Conselho Fiscal

MüllerEyng auditores

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ilmos. Srs.
Diretores, Conselheiros e Associados da
COOPERATIVA DE ELETRICIDADE PRAIA GRANDE - CEPRAG
Praia Grande - SC

Examinamos as demonstrações contábeis da **COOPERATIVA DE ELETRICIDADE PRAIA GRANDE - CEPRAG**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações das sobras, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, correspondentes ao exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da cooperativa é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da cooperativa para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da cooperativa. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas, lidas em conjunto com suas notas explicativas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **COOPERATIVA DE ELETRICIDADE PRAIA GRANDE - CEPRAG** em 31 de dezembro de 2013, as sobras de suas operações, as mutações do patrimônio líquido e os fluxos de caixa, referentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

MüllerEyng auditores

Ênfase

Em razão da MP 627/13 e da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1397/2013 alterar a legislação tributária federal, a permissionária efetuará o recalculo das bases de IRPJ e CSLL do período entre 01/01/2008 e 31/12/2014, conforme possibilita a própria medida provisória, a partir de janeiro de 2015. As diferenças entre o cálculo anterior e o novo cálculo, a maior ou a menor, serão adicionados ou excluídos na apuração do lucro real e da base de cálculo da CSLL, em quotas fixas mensais e durante o prazo restante de vigência do contrato de permissão.

Outros Assuntos
Informação Suplementar – Demonstração do Valor Adicionado

Examinamos também a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, preparada sob a responsabilidade da Administração da Cooperativa, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Criciúma, 17 de março de 2014.

MÜLLEREYNG AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC/SC-006351/O

JOSÉ HENRIQUE EYNG
CONTADOR CRC-SC Nº 17.329/O-8
CNAI Nº 638

ANEXO IV: DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

COOPERATIVA DE ELETRICIDADE PRAIA GRANDE - CEPRAG
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REGULATÓRIAS

DEMONSTRAÇÃO REGULATÓRIA DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

Conta Contábil	R$ Mil	Nota de Ajustes	2013 Societário	2013 Ajustes CPCs	2013 Regulatório	2012 Societário	2012 Ajustes CPCs	2012 Regulatório
	RECEITA OPERACIONAL BRUTA		**14.045,42**	**0,00**	**14.045,42**	**12.986,00**	**0,00**	**12.986,00**
611.0X.1.1.01	Fornecimento de Energia Elétrica	[6]	13.090,05	0,00	13.090,05	12.276,48	0,00	12.276,48
611.0X.X.1.03	Receita pela Disponibilidade da Rede Elétrica		0,00	0,00	0,00	4,00	0,00	4,00
611.0X.X.9.XX	Outras Receitas Vinculadas	[7]	955,37	0,00	955,37	705,52	0,00	705,52
	DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL		**(2.833,40)**	**0,00**	**(2.833,40)**	**(3.389,96)**	**0,00**	**(3.389,96)**
	Tributos e Encargos		**(2.461,13)**	**0,00**	**(2.461,13)**	**(2.353,76)**	**0,00**	**(2.353,76)**
611.0X.6.X.21	Federais		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
611.0X.6.X.22	Estaduais e Municipais		(2.456,82)	0,00	(2.456,82)	(2.348,82)	0,00	(2.348,82)
611.0X.6.X.23	Outros		(4,31)	0,00	(4,31)	(4,94)	0,00	(4,94)
	Encargos - Parcela "A"		**(372,27)**	**0,00**	**(372,27)**	**(1.036,20)**	**0,00**	**(1.036,20)**
611.0X.7.X.31	Reserva Global de Reversão - RGR		(20,17)	0,00	(20,17)	(207,65)	0,00	(207,65)
611.0X.7.X.32	Programa de Eficiência Energética - PEE		(53,81)	0,00	(53,81)	(43,60)	0,00	(43,60)
611.0X.7.X.33	Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE		(183,27)	0,00	(183,27)	(337,36)	0,00	(337,36)
611.0X.7.X.34	Conta de Consumo de Combustíveis- CCC		(58,17)	0,00	(58,17)	(372,11)	0,00	(372,11)
611.0X.7.X.35	Pesquisa e Desenvolvimento - P & D		(53,89)	0,00	(53,89)	(47,17)	0,00	(47,17)
611.0X.7.X.39	Outros Encargos (Energia de Reserva e CCC Adicional)		(2,95)	0,00	(2,95)	(28,30)	0,00	(28,30)
	RECEITA OPERACIONAL LIQUIDA.		**11.212,02**	**0,00**	**11.212,02**	**9.596,04**	**0,00**	**9.596,04**
	CUSTOS NAO GERENCIÁVEIS - Parcela 'A"	[8]	**(3.071,85)**	**0,00**	**(3.071,85)**	**(2.812,41)**	**0,00**	**(2.812,41)**
615.0X.1.5.40/1	Energia Elétrica Comprada para Revenda		(2.858,96)	0,00	(2.858,96)	(2.648,23)	0,00	(2.648,23)
615.0X.1.5.43	Energia Elétrica Comprada para Revenda - Proinfa		(180,13)	0,00	(180,13)	(130,21)	0,00	(130,21)
615.0X.1.5.41	Encargos de Uso do Sistema de Transmissão / Distrib.		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
615.0X.1.9.38	Taxa de Fiscalização		(32,76)	0,00	(32,76)	(33,97)	0,00	(33,97)
	RESULTADO ANTES DOS CUSTOS GERENCIAVEIS		**8.140,18**	**0,00**	**8.140,18**	**6.783,62**	**0,00**	**6.783,62**
	CUSTOS GERENCIÁVEIS- Parcela "B"		**(5.906,85)**	**0,00**	**(5.906,85)**	**(5.159,42)**	**1.067,00**	**(6.226,42)**
615.0X.X.X.01	Pessoal		(3.081,00)	0,00	(3.081,00)	(2.457,16)	359,00	(2.816,16)
615.0X.X.X.02	Administradores		(250,31)	0,00	(250,31)	(0,33)	235,00	(235,33)
615.0X.X.X.21	Serviço de Terceiros		(774,91)	0,00	(774,91)	(534,07)	170,00	(704,07)
615.0X.X.X.11	Material		(582,23)	0,00	(582,23)	(943,41)	54,00	(997,41)
615.0X.X.X.91	Arrendamentos e Alugueis		(11,55)	0,00	(11,55)	(11,55)	2,00	(13,55)
615.0X.X.X.93	Tributos		(39,85)	0,00	(39,85)	(28,79)	23,00	(51,79)
615.0X.X.X.92	Seguros		(38,55)	0,00	(38,55)	(27,76)	11,00	(38,76)
615.0X.X.X.99	Outros		(347,31)	0,00	(347,31)	(312,38)	0,00	(312,38)
615.0X.X.X.98	(-) Recuperação de Despesas		34,85	0,00	34,85	38,61	0,00	38,61
615.0X.X.X.94	Doações, contribuições e Subvenções		(85,03)	0,00	(85,03)	(22,77)	93,00	(115,77)
615.0X.X.3.95	Provisão Devedores Duvidosos		(68,56)	0,00	(68,56)	(130,48)	0,00	(130,48)
615.0X.X.3.96	Reversão Provisão Devedores Duvidosos		61,93	0,00	61,93	27,87	0,00	27,87
615.0X.X.X.95	Provisao - Outras		(7,96)	0,00	(7,96)	(42,47)	20,00	(62,47)
615.0X.X.X.53	Depreciação		(716,37)	0,00	(716,37)	(714,73)	100,00	(814,73)
615.0X.X.X.55	Amortização		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
615.06	Despesa da Atividade Não Vinculada		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	RESULTADO DA ATIVIDADE DA PERMISSÃO		**2.233,33**	**0,00**	**2.233,33**	**1.624,21**	**1.067,00**	**557,21**
	RESULTADO EXTRA-CONCESSÃO		**11,82**	**0,00**	**11,82**	**(1.143,35)**	**(1.067,00)**	**(76,35)**
631 (•)631.06.1.2	Receita Financeira		125,49	0,00	125,49	109,28	0,00	109,28
635 (•) 635.06.1.2	Despesa Financeira		(123,74)	0,00	(123,74)	(133,08)	0,00	(133,08)
	Dispencdios gerais e administrativos		0,00	0,00	0,00	(1.067,00)	(1.067,00)	0,00
631.06.1.2 + 635.06.1.2	Resultado de Equivalencia Patrimonial		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
671	Outros Resultados		112,23	0,00	112,23	44,85	0,00	44,85
675	Outros Resultados		(102,16)	0,00	(102,16)	(97,39)	0,00	(97,39)
	SOBRAS ANTES IRRJ/CSLL		**2.245,15**	**0,00**	**2.245,15**	**480,86**	**0,00**	**480,86**
710.0X.1.2.02/4	Imposto de Renda		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
710.0X.1.2.01/3	Contribuição Social		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
710.0X.2.1/2	Participações e Contribuições à Entidade de Prev. Privada		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
710.0X.23	Reversão de Juros sobre o Capital Próprio		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	SOBRAS DO EXERCICIO	[5]	**2.245,15**	**0,00**	**2.245,15**	**480,86**	**0,00**	**480,86**

COOPERATIVA DE ELETRICIDADE PRAIA GRANDE - CEPRAG
DEMONSTRAÇOES FINANCEIRAS REGULATORIAS

BALANÇOS PATRIMONIAL REGULATÓRIO E SOCIETÁRIO

	Nota de Ajustes	2013			2012		
		Societário	Ajustes CPCs	Regulatório	Societário	Ajustes CPCs	Regulatório
ATIVO							
Circulante		**3.205,00**	**0,00**	**3.205,00**	**2.540,00**	**0,00**	**2.540,00**
Consumidores, concessionárias e pemissionárias	[1]	2.399,00	0,00	2.399,00	1.926,00	0,00	1.926,00
Despesas pagas antecipadamente	[2]	58,00	0,00	58,00	39,00	0,00	39,00
Outros Ativos Circulantes não afetados		748,00	0,00	748,00	575,00	0,00	575,00
Não circulante		**13.814,00**	**(10.677,00)**	**24.491,00**	**13.028,00**	**0,00**	**13.028,00**
Realizável a longo prazo		**741,00**	**413,00**	**328,00**	**539,00**	**230,00**	**309,00**
Consumidores, concessionárias e pemissionárias		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Créditos fiscais diferidos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas pagas antecipadamente	[2]	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo Financeiro da Permissão	[3]	413,00	413,00	0,00	230,00	230,00	0,00
Outros Ativos não Circulantes não afetados		328,00	0,00	328,00	309,00	0,00	309,00
Investimentos		**128,00**	**0,00**	**128,00**	**114,00**	**0,00**	**114,00**
Imobilizado	[3]	**0,00**	**(23.976,00)**	**23.976,00**	**0,00**	**(12.481,00)**	**12.481,00**
Em serviço		0,00	(28.966,00)	28.966,00	0,00	(14.851,00)	14.851,00
(-) Reintegração Acumulada		0,00	6.192,00	(6.192,00)	0,00	3.323,00	(3.323,00)
Em curso		0,00	(1.354,00)	1.354,00	0,00	(1.017,00)	1.017,00
(-) Participação financeira do consumidor		0,00	152,00	(152,00)	0,00	64,00	(64,00)
Intangiveis	[3]	**12.945,00**	**12.886,00**	**59,00**	**12.375,00**	**12.251,00**	**124,00**
Em serviço		12.945,00	12.886,00	59,00	12.375,00	12.251,00	124,00
Em curso		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DO ATIVO		**17.019,00**	**(10.677,00)**	**27.696,00**	**15.568,00**	**0,00**	**15.568,00**

COOPERATIVA DE ELETRICIDADE PRAIA GRANDE - CEPRAG
DEMONSTRAÇOES FINANCEIRAS REGULATORIAS

BALANÇOS PATRIMONIAL REGULATÓRIO E SOCIETÁRIO

	Nota de Ajustes	2013			2012		
		Societário	Ajustes CPCs	Regulatório	Societário	Ajustes CPCs	Regulatório
PASSIVO							
Circulante		**2.039,00**	**0,00**	**2.039,00**	**2.495,00**	**0,00**	**2.495,00**
Passivos Regulatórios		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros passivos circulantes não afetados		2.039,00	0,00	2.039,00	2.495,00	0,00	2.495,00
Não circulante		**1.625,00**	**0,00**	**1.625,00**	**1.843,00**	**0,00**	**1.843,00**
Passivos Regulatórios		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros passivos não circulantes não afetados		1.625,00	0,00	1.625,00	1.843,00	0,00	1.843,00
Patrimônio Liquido		**13.355,00**	**(10.677,00)**	**24.032,00**	**11.230,00**	**0,00**	**11.230,00**
Capital Social		1.690,00	0,00	1.690,00	1.518,00	0,00	1.518,00
Reserva de capital		4,00	0,00	4,00	4,00	0,00	4,00
Reserva de sobras		10.875,00	0,00	10.875,00	9.540,00	0,00	9.540,00
Dividendo adicionado proposto		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reavaliação Compulsoria Regulatoria	[4]	0,00	(10.677,00)	10.677,00	0,00	0,00	0,00
Sobra a disposição da AGO	[5]	786,00	0,00	786,00	168,00	0,00	168,00
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMONIO LIQUIDO		**17.019,00**	**(10.677,00)**	**27.696,00**	**15.568,00**	**0,00**	**15.568,00**

NOTAS EXPLICATIVAS AOS AJUSTES DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REGULATÓRIAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais)

[1] CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

Legislação societária								
					Provisão para Devedores duvidosos		Saldo	
Consumidor	**Vincendos**	**Vencidos até 90 dias**	**Vencidos há mais de 90 dias**	**Total**	**2013**	**2012**	**2013**	**2012**
Residencial	467	152	87	706	(108)	(88)	598	573
Industrial	197	151	155	503	(154)	(154)	349	225
Comercial	269	68	54	391	(51)	(56)	340	276
Rural	283	92	41	416	(43)	(42)	373	333
Poder público	28	-	3	31	(2)	(1)	29	15
Iluminação pública	44	-	1	45	(1)	(1)	44	34
Serviço público	12	-	-	12	-	-	12	15
Renda não faturada	419	-	-	419	-	-	419	-
Subtotal – consumidores	**1.719**	**463**	**341**	**2.523**	**(359)**	**(342)**	**2.164**	**1.471**
Serviço taxado	4	-	-	4	-	-	4	3
Participação financeira	-	-	-	-	-	-	-	-
Parcelamentos	77	-	-	77	-	-	77	73
Outros créditos	154	-	-	154	-	-	154	379
TOTAL – CIRCULANTE	**1.954**	**463**	**341**	**2.758**	**(359)**	**(342)**	**2.399**	**1.926**

[2] DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE

	2013			2012		
	Circulante	**Não Circulante**	**Total**	**Circulante**	**Não Circulante**	**Total**
Parcela "A" CVA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Revisão Tarifária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Implantação Resolução 367/09	58,00	0,00	58,00	39,00	0,00	39,00
Subv. baixa renda - perdas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Neutralidade dos enc. setoriais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferenças PLPT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Seguros e Licenciamento	8,88	0,00	8,88	8,88	0,00	8,88
	58,00	**0,00**	**58,00**	**39,00**	**0,00**	**39,00**

[3] IMOBILIZADO

	2013	2012
Em serviço	**28.966**	**14.851**
(-) Reintegração Acumulada	**(6.192)**	**(3.323)**
Em curso	**1.354**	**1.017**
Total do Imobilizado	**24.128**	**12.545**
Intangível	**59**	**124**
TOTAL DO IMOBILIZADO + INTANGÍVEL	**24.187**	**12.669**
Obrigações Especiais vinculadas ao S.Público	(152)	(64)
TOTAL DO IMOBILIZADO LÍQUIDO + INTANGÍVEL	**24.035**	**12.605**
CPC SOCIETÁRIO	**13.358**	**12.605**
Ativo Intangível	12.945	12.375
Ativo Financeiro	413	230
REAVALIAÇÃO COMPULSÓRIA REGULATÓRIA	**10.677**	**0**

Os valores do Ativo Imobilizado Regulatório não foram afetados pelo ICPC 01.

Nos anos de 2012 e 2013, foram reclassificados valores do ativo imobilizado que estão em função do serviço público de distribuição de energia elétrica para os grupos de Ativo Financeiro e Ativo Intangível, atendendo a OCPC 05, onde:

> *"De acordo com os contratos de concessão, consideram-se bens vinculados aqueles construídos ou adquiridos pelo concessionário e efetivamente utilizados na prestação dos serviços públicos."*

ATIVO INTANGÍVEL

Foram reclassificados para o ativo intangível os valores referentes ao imobilizado residual, onde estes têm sua reintegração total realizada dentro da concessão do serviço público.

ATIVO FINANCEIRO

Reclassificado para o ativo financeiro os valores referentes ao imobilizado residual que estão além do prazo final da concessão do serviço público.

[4] REAVALIAÇÃO COMPULSÓRIA REGULATÓRIA

Em 2013 a permissionária realizou a Reavaliação Compulsória Regulatória e registrou um aumento do Ativo Imobilizado de R$ 10,67 milhões de Reais, em contrapartida do Patrimônio Líquido.

[5] SOBRAS ACUMULADAS

As demonstrações societárias e regulatórias não sofreram ajustes quanto à apuração das sobras do exercício. Conforme segue:

	2013	
	Balanço Patrimonial	
	Societário	Regulatório
Sobras do exercício	2.245	2.245
Sobras à disposição da Assembleia (P)	786	786

	2012	
	Balanço Patrimonial	
	Societário	Regulatório
Sobras do exercício	480	480
Sobras à disposição da Assembléia (P)	168	168

[6] FORNECIMENTO DE ENERGIA E RECEITA PELA DISPONIBILIDADE DA REDE

	Nº de consumidores		MWH		Legislação societária	
	2013	2012	2013	2012	2013	2013
Consumidores						
Residencial	8.625	7.881	13.665	12.307	5.301	5.210
Industrial	455	363	4.964	4.223	1.964	1.752
Comercial	954	830	6.131	5.521	2.520	2.423
Rural	3.143	2.977	7.499	7.129	1.998	1.977
Poder público	125	110	612	596	251	263
Iluminação pública	139	139	2.227	2.241	513	553
Serviço público	16	16	284	240	123	102
Consumo próprio	10	9	76	81	-	-
Renda não faturada		-			420	-
(-) Uso do sistema de distribuição		**-**		**-**		**-4**
TOTAL	**13.467**	**12.325**	**35.458**	**32.338**	**13.090**	**12.276**

[7] OUTRAS RECEITAS VINCULADAS

	2013	2012
Compartilhamento de infraestrutura	244	152
Serviços Taxados	39	33
Recursos recebidos Eletrobras	499	-
Outras Receitas	173	521
	955	**706**

[8] CUSTOS NÃO GERENCIÁVEIS – PARCELA "A".

Não houve efeitos nas sobras da permissionária referente aos CPC´s em relação aos Custos Não Gerenciáveis – Parcela "A".

RELATÓRIO DE PROCEDIMENTOS PREVIAMENTE ACORDADOS COM AS CONSTATAÇÕES FACTUAIS

Para Cooperativa de Eletricidade Praia Grande - CEPRAG

Aplicamos os procedimentos previamente acordados com V.Sas., a seguir descritos, em relação às Demonstrações Contábeis Regulatórias da **Cooperativa de Eletricidade de Praia Grande - CEPRAG** na data-base (31/12/2013). O nosso trabalho foi realizado de acordo com a NBC TSC 4400, emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicável a trabalhos de procedimentos previamente acordados. Os procedimentos foram aplicados com o único intuito de auxiliar V.Sas. a avaliar a adequação das Demonstrações Contábeis Regulatórias. Esses procedimentos são assim resumidos:

I - Imobilizado

1) Confrontamos as informações de 31/12/2013 e de 31/12/2012 dos valores regulatórios apresentados nas demonstrações contábeis regulatórias, por grupo de bens, com os valores do sistema de controle do ativo imobilizado regulatório. Na aplicação deste procedimento não identificamos exceções.

2) Obtivemos a planilha ou relatório com a movimentação do imobilizado regulatório, tendo como ponto de partida os valores de 31/12/2012 e confrontamos os saldos iniciais com a Base de Remuneração homologada, bem como, confrontamos as informações das movimentações de adições, baixas e transferências regulatórias com os valores do sistema de controle do imobilizado regulatório. Na aplicação deste procedimento não identificamos exceções.

3) Confrontamos as informações das movimentações e saldos de depreciação / amortização, por grupo de bens, apresentadas na planilha de movimentação mencionada no item anterior (procedimento aplicável para a distribuidora e transmissora), com os valores/saldos do sistema de controle do imobilizado regulatório. Na aplicação deste procedimento não identificamos exceções.

4) Confrontamos as informações de bens que estão 100% depreciados por grupo de bens com os valores/saldos do sistema de controle imobilizado regulatório (procedimento aplicável para a distribuidora e transmissora). Na aplicação deste procedimento não identificamos exceções.

5) Selecionamos 10 principais adições (por critério de maior valor) e mais 15 adições do imobilizado em serviço, selecionadas de forma aleatória da movimentação ocorrida, para distribuidora ou transmissora, do ano de 2013 e testamos as capitalizações (materiais, mão-de-obra, serviços, juros, etc.), conforme critérios constantes do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Na aplicação deste procedimento não identificamos exceções.

6) Selecionamos 10 principais baixas (por critério de maior valor) e mais 15 baixas selecionadas de forma aleatória da movimentação ocorrida, para distribuidora ou transmissora, do ano de 2013 e testamos a adequação do processo de baixa, conforme critérios constantes do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Na aplicação deste procedimento não identificamos exceções.

7) Com base na seleção do item 6 deste Programa de Trabalho, verificamos as evidências de que a data da unitização dos bens atende ao prazo de até 60 dias após o encerramento do imobilizado em curso através da comparação entre a data do encerramento da obra em curso proposta pelo técnico/engenheiro e a data do registro contábil em Ativo Imobilizado em Serviço. Na aplicação deste procedimento não identificamos exceções.

II – Obrigações Especiais

1) Em relação as análises realizadas sobre os valores das obrigações especiais, conforme mencionado no Manual de Orientação dos Trabalhos de Auditoria das Demonstrações Regulatórias, mencionamos as seguintes situações:

a) A permissionária não mantém planilhas de movimentação das obrigações especiais.
b) A permissionária não possui identificação no controle do ativo imobilizado referente as adições das obrigações especiais.
c) As baixas realizadas nestas contas, referem-se a depreciação dos bens.

III – Ativos e Passivos de diferenças de CVA e Neutralidade dos Encargos

1) Em relação aos valores de Ativos e Passivos Regulatórios de diferenças de CVA e Neutralidade dos Encargos, mencionamos as seguintes situações:

a) A permissionária não possui saldos de CVA – Contas de Valores da Parcela A, apesar da mesma possuir pagamentos de CCC, CDE, PROINFA.
b) A permissionária não possui registro contábil de valores de neutralidade da Parcela A.

Todos os passos previstos no Manual de Orientação dos Trabalhos de Auditoria das Demonstrações Contábeis Regulatórias, foram devidamente executados e os respectivos resultados encontram-se inseridos em nosso relatório de auditoria, emitido sob minha responsabilidade.

Considerando que os procedimentos acima não se constituem em um trabalho de auditoria ou de revisão limitada conduzido de acordo com as normas de auditoria ou de revisão aplicáveis no Brasil, não expressamos qualquer asseguração sobre as demonstrações regulatórias em 31/12/2012.

Caso tivéssemos aplicado procedimentos adicionais ou realizado uma auditoria ou revisão das demonstrações contábeis de acordo com as normas de auditoria ou de revisão aplicáveis no Brasil (NBC TAs ou NBC TRs), outros assuntos poderiam ter vindo ao nosso conhecimento, os quais teriam sido relatados.

O nosso relatório destina-se exclusivamente à finalidade descrita no primeiro parágrafo deste relatório e a informar V.Sas., não devendo ser utilizado para qualquer outro fim ou distribuído a terceiros que não tenham assumido responsabilidade pela suficiência de, ou que não tenham concordado com, os procedimentos acima. Este relatório está relacionado exclusivamente com as contas e itens acima especificados e não se estende às demonstrações contábeis societárias da **Cooperativa de Eletricidade Praia Grande - CEPRAG.**

Criciúma, 29 de abril de 2014.

MÜLLEREYNG AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC/SC-006351/O

JOSÉ HENRIQUE EYNG
CONTADOR CRC-SC Nº 17.329/O-8
CNAI Nº 638

Carta de controle interno RRAI

CARTA DE CONTROLES INTERNOS Nº xx/2014
(Recomendações para Aprimoramento dos Controles Internos)

1 – CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

(1.1) Com vistas à execução dos trabalhos de ínterim referentes à auditoria independente voltada ao exame dos controles e procedimentos internos dessa empresa, relativos ao período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2013, a sede da mesma foi visitada em novembro de 2013.

(1.2) Os trabalhos foram realizados segundo padrões usuais de auditoria, incluindo, conforme o caso, a aplicação de testes e exames sobre as operações, livros, registros, documentos e posições contábeis e auxiliares em geral, numa base seletiva, na extensão e profundidade julgada necessárias nas circunstâncias.

(1.3) De forma subsidiária aos objetivos dos trabalhos, relacionamos a seguir os pontos anotados no curso dos mesmos e que entendemos ser conveniente destacar, com as recomendações, conforme o caso, sobre controles internos, procedimentos contábeis em geral ou sobre outras situações, para informação e providências julgadas necessárias.

(1.4) Tais pontos podem referir-se de forma atualizada a situações anteriormente relatadas.

2 –REVISÃO CONTÁBIL

Por ocasião da visita, foram desenvolvidos trabalhos de auditoria voltados aos controles internos da Cooperativa de Eletricidade Praia Grande – CEPRAG, os quais são fundamentais para a sustentação dos números contábeis.

Nossos esforços foram direcionados às rubricas do balanço patrimonial que mais se destacam e/ou possuem grande movimentação até a data base de 31 de setembro de 2013, dentre as quais destacamos:

- Caixa;
- Bancos Conta Movimento;
- Contas a Receber (Consumidores);
- Estoques;
- Fornecedores;
- Salários e Ordenados a Pagar;
- Impostos, Taxas, e Contribuições Diversas;
- Instituições Financeiras; e
- Provisão para Férias e Décimo Terceiro Salário.

Ressaltamos que, apesar de revisarmos grande parte dos controles que sustentam as contas contábeis, somente alguns apresentaram distorções que merecem comentários, conforme seguem.

(2.1) DISPONIBILIDADES - CAIXA

Verificamos o saldo da conta Caixa na contabilidade, em 30/09/2013, e confrontamos com o saldo do Caixa no setor financeiro conforme documentação apresentada pela cooperativa, analisando entradas e saídas na referida data. Segue demonstrativo dos valores encontrados:

CAIXA SETOR FINANCEIRO

1.0)	**CONFERÊNCIA PELOS DOCUMENTOS (BOLET. DE**	
1.1)	**SALDO ANTERIOR**	**27.805,59**
1.2)	**ENTRADAS**	**3.020,98**
	Recebimento de Faturas	3.020.98
1.3)	**SAÍDAS**	**(6.254,66)**
	Depósitos	(5.448.89)
	Adiantamento Salário	(250,00)
	Pagamentos Diversos	(555,77)
1.4)	**SALDO EM 30/SET/13**	**24.571,91**
1.5)	**SALDO CONTÁBIL**	**24.571,91**
1.6)	**CONFERÊNCIA**	**0,00**

Para validar a movimentação da conta Caixa no mês de set./2013, selecionamos alguns lançamentos na contabilidade e confrontamos com a documentação física existente, conforme demonstrado a seguir:

TIPO	DESCRIÇÃO	VALOR	DATA	CONFERÊNCIA
ENTRADA	Vlr. Ref. Recebimento Faturas de Energia	11.473,53	05/09/13	Conforme Relatório de Recebimento
ENTRADA	Vlr. Ref. Recebimento Faturas de Energia	19.815,22	17/09/13	Conforme Relatório de Recebimento
SAÍDA	Pagto Ref. Nf 285-1 Ire de Souza Vieira ME	4.025,68	09/09/13	Conforme Relatório de Pagamentos
SAÍDA	Deposito Cfe Recibo	9.000,00	27/09/13	Conforme Extrato Bancário
TOTAL		**44.314,43**		

Selecionamos ainda alguns lançamentos existentes nos extratos financeiros de entrada e saída do mês de set./2013 e confrontamos com o registro contábil, conforme segue:

TIPO	DESCRIÇÃO	VALOR	DATA	CONFERÊNCIA
ENTRADA	Resumo dos Recebimentos Diários	3.657,37	13/09/13	Conforme Razão Contábil
ENTRADA	Resumo dos Recebimentos Diários	5.611,47	23/09/13	Conforme Razão Contábil
SAÍDA	Relatório de Pagamentos NF 272544	400,00	23/09/13	Conforme Razão Contábil
SAÍDA	Relatório de Pagamentos NF 35	725,00	27/09/13	Conforme Razão Contábil
TOTAL		**10.393,84**		

Na verificação efetuada não foram evidenciadas diferenças, documentos com datas antigas ou lançamentos sem documentação hábil, que pudessem comprometer a validade dos valores analisados.

No que se refere a conta Caixa, cabe ressaltar que os cheques recebidos com restrição de uso imediato devem ser transferidos para a conta de cheques a compensar ou outra conta mais adequada, pelo fato deste valor não se tratar de numerário disponível.

O Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, em seu item 7.2.1 – Numerário Disponível, Nota 1, destaca ainda que:

> "Os depósitos nas contas Bancárias a vista deverão ser efetuados dentro de dois (02) dias úteis, no máximo, contados da data do recebimento do respectivo numerário na subconta caixa."

Diante do exposto, recomendamos especial atenção aos pontos supracitados.

(2.1.1) FUNDO FIXO DE CAIXA

A cooperativa possui 4 (quatro) pontos de atendimento localizados fora da sede da empresa que realizam recebimentos de faturas e pagamentos, sendo cada um controlado por um fundo fixo de caixa. A somatória do saldo contábil dos 4 (quatro) fundos apresenta, em 30/09/2013, o valor de R$ 1.500,00, valor fixo mantido permanentemente.

Durante a checagem da movimentação contábil de cada fundo, não foi possível evidenciar os saldos por meio de documentação física, devido a inexistência de controle individual destes. Segundo o setor responsável, a arrecadação realizada nos fundos fixos de caixa é registrada em tempo real diretamente no Caixa central da sede via sistema.

Os valores arrecadados nos pontos de atendimento são enviados fisicamente ao Caixa central pelos responsáveis em data posterior a de arrecadação, ou seja, são mantidos apenas os saldos de cada fundo fixo de caixa na contabilidade, não havendo qualquer tipo de registro da movimentação.

Sendo assim, a arrecadação realizada fora da sede da cooperativa, em função de chegar fisicamente ao Caixa central da sede em data posterior a de seu registro, acarreta num saldo final diferente da documentação física existente, gerando assim maiores dificuldades para o seu controle.

Diante do exposto recomenda-se que toda a movimentação realizada seja registrada contabilmente no seu respectivo fundo fixo de caixa, e que somente após o envio físico para o Caixa central da sede, seja efetuada a sua transferência entre as contas caixas.

(2.2) CONCILIAÇÕES BANCÁRIAS

As conciliações bancárias devem ser realizadas para se esclarecer possíveis divergências existentes entre o saldo contábil e o saldo bancário das contas correntes. Todos os valores apresentados nas conciliações devem estar destacados de forma que possam ser identificados de imediato.

Analisando as conciliações realizadas no mês de set./2013, verificamos que as mesmas demonstram todas as informações necessárias para uma correta identificação, conforme apresentado a seguir:

DESCRIÇÃO DA CONTA	SALDO CONTÁBIL	PENDÊNCIAS	CONCILIADO	SALDO BANCÁRIO	CONFERÊNCIA
Banco do Brasil C/ 159-7	6,04	-	6,04	6,04	0,00
Banco do Brasil S/A - C/102606-	6,02	-	6,02	6,02	0,00

2					
Bradesco S/A - C/3015-5	-26,14	26,14	0,00	0,00	0,00
Credisulca - C/1031-6	356,32	-	356,32	356,32	0,00
Credija - C/C 89-2	0,00	-129.480,47	-129.480,47	-129.480,47	0,00
Cheques Sob Custódia Credija	99.429,47	-	99.429,47	99.429,47	0,00
TOTAL	**99.771,71**	**-129.454,33**	**-29.682,62**	**-29.682,62**	**0,00**

Apresentamos na sequência a composição das pendências:

BANCO BRADESCO S/A - C/C 3015-5

HISTÓRICO	DATA	VALOR
Despesas não descontadas pelo banco	30/09/13	26,14
SOMATÓRIO		**26,14**

BANCO CREDIJA - C/C 89-2

HISTÓRICO	DATA	VALOR
Cheque a compensar nº 006633	07/03/13	1.200,00
Cheque a compensar nº 007065	22/08/13	800,00
Cheque a compensar nº 007093	28/08/13	1.600,00
Cheque a compensar nº 007131	12/09/13	283,00
Cheque a compensar nº 007147	16/09/13	485,05
Cheque a compensar nº 007159	30/09/13	1.200,82
Cheque a compensar nº 007160	30/09/13	1.746,55
Cheque a compensar nº 007161	30/09/13	631,40
Cheque a compensar nº 007162	30/09/13	390,00
Cheque a compensar nº 007163	30/09/13	480,00
Cheque a compensar nº 007164	30/09/13	515,00
Depósito bloqueado	30/09/13	-6.957,41
Uso limite conta corrente	30/09/13	-131.854,88
SOMATÓRIO		**-129.480,47**

Observamos que no decorrer do mês, permaneceram alguns cheques para posterior compensação, desse modo, solicitamos ao setor financeiro os extratos bancários de out. e nov./2013 para a confirmação da correta compensação desses valores. Destacamos na sequência as análises realizadas:

BANCO CREDIJA - C/C 89-2

NÚMERO DO CHEQUE	VALOR	COMPENSAÇÃO

006633	1.200,00	Pendente
007065	800,00	03/10/13
007093	1.600,00	03/10/13
007131	283,00	01/10/13
007147	485,05	15/10/13
007159	1.200,82	04/10/13
007160	1.746,55	03/10/13
007161	631,40	01/10/13
007162	390,00	23/10/13
007163	480,00	03/10/13
007164	515,00	14/10/13

Foram analisados todos os documentos e as suas compensações em meses posteriores, no entanto não localizamos a compensação do cheque nº 006633, no valor de R$ 1.200,00, datado de 07/03/2013. Recomendamos ao setor financeiro averiguar tal situação para encaminhar a regularização do mesmo, visto que o prazo de prescrição para o pagamento do cheque expirou.

Para validar a movimentação das contas bancárias, selecionamos alguns lançamentos na contabilidade e confrontamos com o registro no extrato bancário, bem como selecionamos alguns lançamentos no extrato bancário e confrontamos com o registro na contabilidade.

Na sequência apresentamos a análise realizada no banco com maior movimentação:

	31/08/2013			**30/09/2013**
BANCO	**SALDO ANTERIOR**	**DÉBITOS**	**CRÉDITOS**	**SALDO FINAL**
Credija – C/C 89-2	0,00	1.062.023,65	1.062.023,65	0,00

TIPO	**DESCRIÇÃO**	**VALOR**	**DATA**	**CONFERÊNCIA**
Entrada	Vlr. Ref. Recebimento Faturas de Energia	112.455,47	07/08/13	Conforme Extrato Banco
Entrada	Vlr. Ref. Recebimento Faturas de Energia	150.387,56	09/09/13	Conforme Extrato Banco
Saída	Ch Nº 007064 Pago Icms Ref. Mes 07/2013	146.002,81	12/08/13	Conforme Extrato Banco
Saída	Pago Folha Salário Mensal Ref. Mes 08/2013	132.635,69	06/09/13	Conforme Extrato Banco
Entrada	Cred. Liquidação Cobrança	68.779,60	12/08/13	Conforme Razão Contábil
Entrada	Cred. Liquidação Cobrança	53.900,02	11/09/13	Conforme Razão Contábil
Saída	Débito Ted Mesma Titularidade Agendado	76.350,00	19/08/13	Conforme Razão Contábil
Saída	Pagtos - Cheque 7128 Própria Coop/Ag	169.190,96	10/09/13	Conforme Razão Contábil
	TOTAL	**909.702,11**		

Com base nas verificações realizadas, entendemos que os registros contábeis e financeiros estão sendo efetuados de forma adequada, mantendo a realidade das informações.

Destacamos apenas a conta contábil "Cheques Sob Custódia", classificada na conta "111.01 - Numerário Disponível", grupo que destina-se à contabilização de numerário que representem recursos de livre movimentação, para os quais não haja restrição do uso imediato, sendo que a mesma está composta de cheques com disponibilidade futura, aguardando compensação.

Diante do exposto, recomendamos a reclassificação destes valores para o grupo contábil "111.09 - Numerário em Trânsito" o qual não representa disponibilidade de uso imediato, para demonstrar adequadamente a composição de cada grupo.

(2.3) CONTAS A RECEBER

A cooperativa recebe suas faturas de energia elétrica através de agências bancárias, lotéricas, correspondentes bancários, postos de atendimento e também em sua sede.

Realizamos testes nos saldos contábeis de valores a receber por classe de consumidores, confrontando com o sistema de controle auxiliar (Comercial), conforme demonstrado na sequência:

CONSUMIDORES	CONTÁBIL	COMERCIAL	CONFERÊNCIA	
Residencial	561.392,50	561.327,23	65,27	
Industrial	407.573,67	407.573,67	0,00	
Comercial	282.564,52	266.053,40	16.511,12	**W1**
Rural	177.950,96	177.849,43	101,53	
Poder Público	23.934,63	23.906,23	28,40	
Iluminação Pública	34.225,50	38.460,69	-4.235,19	**W2**
Serviço Público	0,00	17.058,26	-17.058,26	**W1**
(-) Compensação Financeira	-90,74	-90,74	0,00	
TOTAL	**1.487.551,04**	**1.492.138,17**	**-4.587,13**	**W3**

W1 - A diferença evidenciada se refere aos valores a receber da classe "SERVIÇO PÚBLICO" que estão configurados no sistema para serem contabilizados na classe "COMERCIAL", com isso a classe "SERVIÇO PÚBLICO" não está sendo controlada individualmente na contabilidade. Relatamos a situação para o setor de contabilidade e recomendamos a regularização.

W2 - Diferença já conhecida pelo setor contábil que irá providenciar a regularização.

W3 - Diferença total representa 0,31% quando comparada com o total do grupo na contabilidade, sendo assim considerada irrelevante.

Para validar a apropriação dos valores faturados na contabilidade no mês de set./2013, realizamos os seguintes testes:

CONSUMIDORES	CONTÁBIL	FATURAMENTO	CONFERÊNCIA	
Residencial	392.680,06	390.890,63	1.789,43	
Industrial	155.531,34	155.531,34	0,00	
Comercial	169.433,54	161.099,95	8.333,59	**W1**
Rural	123.419,36	123.419,36	0,00	
Poder Público	20.534,46	20.562,86	-28,40	
Iluminação Pública	37.173,03	37.059,43	113,60	
Serviço Público	0,00	8.333,59	-8.333,59	**W1**
TOTAL	**898.771,79**	**896.897,16**	**1.874,63**	**W2**

W1 – Conforme já relatado, a diferença evidenciada se refere aos valores faturados da classe "SERVIÇO PÚBLICO" que estão configurados no sistema para serem contabilizados na classe "COMERCIAL", e com isso não sendo controlado individualmente na contabilidade.

W2 - Diferença total representa 0,21% quando comparada com o total faturado e registrado na contabilidade, sendo considerada irrelevante. Entretanto, repassamos as diferenças para o setor responsável para verificação e regularização.

Com o objetivo de validar a movimentação dos valores registrados na contabilidade e no faturamento de set./2013, selecionamos uma amostra de consumidores faturados, considerando faturas de energia de maior valor e comprovamos a existência física de documento fiscal.

Analisamos ainda, eventos subsequentes, verificando o registro de recebimento destes valores junto ao sistema financeiro da empresa e extratos bancários, conforme segue:

ASSE	- CONSUMIDORES	VALOR N.F.	DATA DE RECEBIMENTO	EXT. FINANC. / BANCÁRIO	CONFERÊN
3	Bar e Restaurante do lago Ltda Me	4.181,83	01/10/13	4.181,83	0
2	Esquadrias MadeffaLtdaEpp	6.944,57	07/10/13	6.944,57	0
2	Por Do Sol Reciclagem Ltda – Me	14.371,23	07/10/13	14.371,23	0
2	Por Do Sol Reciclagem Ltda – Me	9.969,96	07/10/13	9.969,96	0
3	Cooperativa Agropecuária de Jacinto Machado	4.211,40	07/10/13	4.211,40	0
3	Assis Brasil Machado	4.343,31	07/10/13	4.343,31	0

ASSE	CONSUMIDORES	VALOR N.F.	DATA DE RECEBIMENTO	EXT. FINANC. / BANCÁRIO	CONFERÊN
3	F G Fratelli Construtora e Com. De CombustiveisLtda	3.936,14	07/10/13	3.936,14	0
3	Las Batista & Cia. Ltda – Me	5.288,04	08/10/13	5.288,04	0
3	JaponesImoveisLtdaEpp	6.840,47	10/10/13	6.840,47	0
6	Prefeitura Mun de Praia Grande	4.266,04	11/10/13	4.266,04	0
2	Cerâmica Máximo Ltda – Me	12.797,14	17/10/13	12.797,14	0
2	Real Mobili Móveis E Esquadrias Ltda	4.239,35	24/10/13	4.239,35	0
2	Sirinaica Industria E Comercio de PlasticoLtda	5.657,05	24/10/13	5.657,05	0
6	Prefeitura Mun de Sao Joao do Sul	5.549,34	25/10/13	5.549,34	0
2	Bellettini Industria de PlasticosLtda	7.825,20	28/10/13	7.825,20	0
2	Pultrusão do Brasil Tecnologia S.A.	5.610,65	30/10/13	5.610,65	0
6	Prefeitura Mun de Passo de Torres	5.797,74	31/10/13	5.797,74	0
2	Argentabras Indústria e Com. de Bebidas Ltda.	4.140,48	19/11/13	4.140,48	0
2	Canyosul-Utilidades Domésticas Ltda Me	7.815,45	21/11/13	7.815,45	0
2	Julio Cesar Henrique	10.990,22	27/11/13	10.990,22	0
	TOTAL	**134.775,61**		**134.775,61**	0

Utilizando-se da mesma amostra selecionada anteriormente, verificamos a baixa contábil dos respectivos valores, não evidenciando qualquer divergência.

Todas as baixas analisadas estão de acordo com os recebimentos existentes nos extratos financeiros e bancários. Esta verificação tomou como base o valor do registro da baixa e também o valor de entrada no setor financeiro e na agência bancária.

(2.3.1) RENDA NÃO FATURADA

Na verificação das contas a receber, especificamente no grupo contábil "112.01.1 - Consumidores - Fornecimento" não evidenciamos o registro da conta "Renda não Faturada" que controla os valores de energia já entregue ao consumidor mas que ainda não foram faturados ao final de cada mês. Tal procedimento atende ao princípio do regime de competência e demonstra os reais valores a receber da cooperativa.

Sendo assim, recomendamos ao responsável pelo setor de contabilidade o registro desta operação mensalmente, sendo que auxiliamos na emissão dos relatórios no sistema para encontrar os valores a serem contabilizados, além de orientarmos a forma de contabilização e conferência dos dados emitidos pelos respectivos relatórios.

(2.3.2) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa – PCLD

Realizamos a composição da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa – PCLD com base nos critérios definidos pelo Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, conforme segue:

a) Consumidores Residenciais vencidos a mais de 90 dias;
b) Consumidores Comerciais vencidos a mais de 180 dias;
c) Consumidores Industriais, Rurais, Poderes Públicos, Iluminação Pública e Serviços Públicos e Outros, vencidos a mais de 360 dias.

CLASSE	CONTR. AUXILIAR	FILTRO (W1)	CONFERÊNCIA
Consumidores Residenciais	117.291,08	116.721,97	569,11
Consumidores Industriais	154.390,34	154.052,42	337,92
Consumidores Comerciais	50.743,42	50.285,68	457,74
Consumidores Rurais	42.862,51	39.000,03	3.862,48
Consumidores Poder Público	1.742,09	1.742,09	0,00
Consumidores Iluminação Pública	646,67	646,67	0,00
TOTAL DA PROVISÃO	**367.676,11**	**362.448,86**	**5.227,25**
SALDO CONTÁBIL	**367.676,11**	**367.676,11**	
CONFERÊNCIA	**0,00**	**5.227,25**	

W1 - Filtro realizado nos valores a receber de fornecimento de energia elétrica e demais itens vencidos com base nos arquivos fornecidos pela permissionária.

Analisamos a diferença apresentada e evidenciamos a existência de itens de devolução de valores nas faturas de energia elétrica, diminuindo seu saldo total, que não estão sendo considerados na PCLD, ocasionando assim a provisão de valores a maior na conta de despesa. Tal situação foi repassada para o setor de contabilidade a qual recomendamos sua regularização.

Seguindo com a análise, evidenciamos nas faturas de energia elétrica, itens de arrecadação que não transitam pelo resultado da cooperativa, ou seja, são apenas arrecadados e repassados para as entidades conveniadas como hospitais, prefeituras e associações, e que estão sendo considerados na PCLD, resultando na provisão de valores a maior na conta de despesa. Os setores de contabilidade e faturamento fizeram o ajuste necessário na configuração no sistema desses itens de arrecadação para não gerar PCLD, ficando apenas o ajuste contábil a ser regularizado.

Entretanto, conforme filtro realizado nos relatórios, o valor da diferença se torna irrelevante quando comparada com saldo contábil, mesmo assim recomendamos a sua regularização.

(2.4) ESTOQUES

A Cooperativa dispõe de um pavilhão localizado nas imediações da empresa, o qual é adotado como almoxarifado central, onde se concentram os materiais de estoque. O estoque de almoxarifado é dividido em três grupos, os quais envolvem:

- Almoxarifado de manutenção;
- Almoxarifado de obras; e
- Almoxarifado de sucata.

Realizamos a contagem física dos estoques relacionados à manutenção e as obras, ambos na data 28/nov./2013. Sendo que os resultados seguem demonstrados abaixo:

Almoxarifado Manutenção				
Cód. Prod.	**Descrição do Produto**	**Qtd em Estoque**	**Qtd Auditada**	**Sobra ou (Falta)**
2	DISJUNTOR TRIFÁSICO 40 A	19,00	26,00	7,00
5	DISJUNTOR MONOFASICO 40 A	34,00	8,00	(26,00)
98036	DISJUNTOR MONOFASICO 30 A	30,00	13,00	(17,00)
1221	TERMINAL CHAVE FACA PRENÇA FIO	5,00	5,00	-
7050	CHAVE FUSIVEL BASE C 25	3,00	3,00	-
28025	PARA RAIO POLIMÉRICO 21KV	3,00	3,00	-
Soma		**94,00**	**58,00**	**(36,00)**

De acordo com o quadro acima, verifica-se que 50% dos itens contados apresentaram divergência. Os itens que apresentaram menor quantidade física quando comparadas ao relatório de almoxarifado de manutenção, referem-se a materiais que saem junto ao pessoal da manutenção de plantão e retorna a sede da cooperativa quando o mesmo se encerra. Os materiais utilizados nesse período são baixados do sistema após a chegada dos funcionários, acarretando esta divergência temporária. Quanto ao item o qual obteve a quantidade física maior do que a pertencente no sistema, não fora justificada.

Os efeitos financeiros gerados pelas diferenças estão demonstrados abaixo:

Almoxarifado Manutenção				
Cód. Prod.	**Descrição do Produto**	**Sobra ou (Falta)**	**Custo Financeiro Aproximado**	**Efeito Financeiro das Divergências**
2	DISJUNTOR TRIFÁSICO 40 A	7	46,5	325,5
5	DISJUNTOR MONOFASICO 40 A	-26	12,66	-329,06
98036	DISJUNTOR MONOFASICO 30 A	-17	7,76	-131,85
Soma		**-36**		**-135,41**

Se considerarmos o critério valor, as diferenças encontradas na amostragem são irrelevantes para se efetuar os respectivos ajustes nos estoques.

Divergências apuradas	R$ 135,41
Total financeiro em estoque	R$ 5.714,27
Reflexo da divergência na totalidade	2,37%

Contudo, recomendamos que sejam aprimorados os controles internos quanto à movimentação desse estoque, a fim de o relatório de estoque referente ao almoxarifado de manutenção apresentar maior fidedignidade quando comparado às quantidades físicas.

Almoxarifado de Obras				
Cód. Prod.	**Descrição do Produto**	**Qtd em Estoque Qtde**	**Qtd Auditada Qtde**	**Sobra ou (Falta) Qtde**
3060	POSTE DE CONCRETO CIRCULAR 09/150 DAN	4,00	4,00	-
3065	POSTE DE CONCRETO CIRCULAR 09/300 DAN	5,00	5,00	-
3066	POSTE DE CONCRETO CIRCULAR 09/600 DAN	1,00	1,00	-
3075	POSTE DE CONCRETO CIRCULAR 10/300 DAN	9,00	9,00	-
3080	POSTE DE CONCRETO CIRCULAR 10/600 DAN	2,00	2,00	-
Almoxarifado de Obras				
Cód. Prod.	**Descrição do Produto**	**Qtd em Estoque Qtde**	**Qtd Auditada Qtde**	**Sobra ou (Falta) Qtde**
3090	POSTE DE CONCRETO CIRCULAR 11/300 DAN	4,00	3,00	(1,00)
3170	POSTE DE CONCRETO DT 10/300 DAN	11,00	6,00	(5,00)
3175	POSTE DE CONCRETO DT 10/600 DAN	7,00	10,00	3,00
3185	POSTE DE CONCRETO DT 11/300 DAN	37,00	18,00	(19,00)
3186	POSTE DE CONCRETO DT 12/300 DAN	5,00	3,00	(2,00)
3190	POSTE DE CONCRETO DT 11/600 DAN	15,00	10,00	(5,00)
98045	POSTE DE CONCRETO DT 12/600 DAN	9,00	3,00	(6,00)
5007	MEDIDOR TRIF. ELETRONICO 15-120A 240V	30,00	29,00	(1,00)
6005	CAPACITOR AT MONOF. 200 KVAR - 7,96 KV	2,00	2,00	-
11064	TRAFO MONOF. 15 KV - 15KVA , 7,97-7,27/440	5,00	2,00	(3,00)
11070	TRAFO TRIF. 15 KV,30 KVA	15,00	7,00	(8,00)
11080	TRAFO TRIF. 15 KV,75 KVA	8,00	8,00	-
11090	TRAFO TRIF. 15 KV,150 KVA	3,00	9,00	6,00
11130	TRANSFORMADOR MONOF. 25 KV, 15 KVA	5,00	1,00	(4,00)
11160	TRANSFORMADOR TRIF. 25 KV - 15 KVA	1,00	1,00	-
11165	TRAFO TRIF. 25 KV-30 KVA	1,00	-	(1,00)
Soma		**179,00**	**133,00**	**(46,00)**

As divergências observadas na tabela acima, ocasionam-se principalmente à diversos itens alocados em cidade(s) onde existem sedes da cooperativa, objetivando maior facilidade na utilização dos mesmos. Como a contagem fora realizada apenas na sede principal, em Praia Grande, impossibilitou a conferência de tais materiais.

Também observamos divergências já mencionadas em relatórios realizados pela auditoria em exercícios anteriores, enfatizando portanto, a necessidade de ajustes a fim de maior congruência entre os saldos físicos e contábeis dos materiais do referido estoque.

Os efeitos financeiros gerados pelas diferenças estão demonstrados abaixo:

Almoxarifado de Obras				
Cód. Prod.	**Descrição do Produto**	**Sobra ou (Falta) Kg**	**Custo Financeiro Aproximado**	**Efeito Financeiro das Divergências**
3090	POSTE DE CONCRETO CIRCULAR 11/300 DAN	(1,00)	687,03	(687,03)
3170	POSTE DE CONCRETO DT 10/300 DAN	(5,00)	483,35	(2.416,73)
3175	POSTE DE CONCRETO DT 10/600 DAN	3,00	664,48	1.993,45
3185	POSTE DE CONCRETO DT 11/300 DAN	(19,00)	577,68	(10.975,92)
3186	POSTE DE CONCRETO DT 12/300 DAN	(2,00)	598,84	(1.197,69)
3190	POSTE DE CONCRETO DT 11/600 DAN	(5,00)	734,93	(3.674,67)
98045	POSTE DE CONCRETO DT 12/600 DAN	(6,00)	820,04	(4.920,24)
5007	MEDIDOR TRIF. ELETRONICO 15-120A 240V	(1,00)	255,85	(255,85)
11064	TRAFO MONOF. 15 KV - 15 KVA	(3,00)	1.839,59	(5.518,78)
11070	TRAFO TRIF. 15 KV,30 KVA	(8,00)	2.379,04	(19.032,33)
11090	TRAFO TRIF. 15 KV,150 KVA	6,00	6.053,07	36.318,40
11130	TRANSFORMADOR MONOF. 25 KV,	(4,00)	809,30	(3.237,21)
1165	TRAFO TRIF. 25 KV-30 KVA	(1,00)	3.536,09	(3.536,09)
Soma		**(46,00)**		**(17.140,68)**

Atentamos que o efeito financeiro demonstrado acima se refere apenas ao percentual dos itens da amostragem, 36% dos estoques. Se aplicado a 100%, corresponde a R$ 47.574,71. Em nosso entendimento, tal divergência torna-se relevante comparando o total constante em estoque.

Valor da divergência estimada para 100% dos itens	R$ 47.574,71
Total em estoque	R$ 490.847,52
Percentual da distorção estimada	9,69%

Fato ao exposto, recomendamos que sejam aprimorados os controles internos quanto à movimentação do referido estoque, a fim de reduzir os impactos das divergências em relação à totalidade dos mesmos.

(2.5) INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

Analisamos o saldo referente aos empréstimos de instituições financeiras na data base 30/09/2013. Segue demonstrativo do empréstimo realizado com o Banco Volksvagen:

DESCRIÇÃO	CONTÁBIL	CÁLCULO AUDITORIA	DIVERGÊNCIA
Saldo Curto Prazo	25.114,99	51.527,63	(26.412,64)
Saldo Longo Prazo	30.874,96	0,00	30.874,96
TOTAL	**55.989,95**	**51.527,63**	**4.462,32**

Observamos divergência entre os saldos de curto e longo prazo constantes na contabilidade, assim como diferença entre o saldo devedor total do empréstimo.

Recomenda-se, portanto, os ajustes das situações supracitadas a fim das demonstrações contábeis atenderem aos critérios exigidos pelas normas brasileiras de contabilidade e para as mesmas não apresentarem distorções.

3 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Salientamos que as análises realizadas tiveram por objetivo validar os saldos contábeis e testar a existência dos controles internos durante o período analisado para posteriores correções e aperfeiçoamento dos controles.

Com base nas verificações realizadas, entendemos que os registros contábeis e financeiros estão sendo efetuados de forma adequada, exceto pelos pontos mencionados. Durante os trabalhos não foram evidenciadas situações que pudessem afetar consideravelmente as informações contábeis.

Criciúma, 28 de abril de 2014.

MÜLLEREYNGAUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC/SC-006351/O
JOSÉ HENRIQUE EYNG
Contador CRC-SC Nº 17.329/O-8

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Balanço Social (2013)

Demonstração do Balanço Social (2013 – 2012)

(Valores expressos em milhares de reais)

	2013	2012
	R$ mil	R$ mil
1 - Base de cálculo		
Receita Líquida (RL)	11.212	11.471
Lucro Operacional (LO)	3.254	1.220
Folha de Pagamento Bruta (FPB)	2.100	2.004

		% sobre			% sobre	
2 - Indicadores sociais internos	R$ mil	FPB %	RL	R$ mil	FPB %	RL
Alimentação - Auxílio alimentação e outros	247,00	11,76	2,20	186,00	9,28	1,62
Encargos sociais compulsórios	830,00	39,52	7,40	755,00	37,67	6,58
Entidade de previdência privada	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saúde - Convênio assistencial e outros benefícios	26,00	2,10	0,23	19,00	0,95	0,16
Segurança no trabalho - CIPA e exames periódicos	16,00	0,76	0,14	0,00	0,00	0,00
Educação - Auxílio educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Capacitação e desenvolvimento profissional	25,00	1,19	0,22	20,00	1,00	0,17
Auxílio creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação nos resultados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Incentivo à aposentadoria e demissão voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vale-transporte - excedente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	**1,144**	**54,48**	**10,20**	**980,00**	**48,90**	**8,53**

		% sobre			% sobre	
3 - Indicadores sociais externos	R$ mil	LO	RL	R$ mil	LO	RL
Doações e contribuições	85,00	2,61	0,76	116,00	9,51	1,01
Total de contribuições para a sociedade - ICMS	2.457,00	75,51	21,91	2.349,00	192,54	20,48
Tributos - excluídos encargos sociais	40,00	1,23	0,36	52,00	4,26	0,45
PIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
COFINS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	**2.551,00**	**78,40**	**22,75**	**2.517**	**206,31**	**21,94**

		% sobre			% sobre	
4 - Indicadores ambientais	R$ mil	LO	RL	R$ mil	LO	RL
PEE	54,00	1,66	0,48	44,00	3,61	0,38
P&D	54,00	1,66	0,48	47,00	3,85	0,41
Total	**108,00**	**3,32**	**0,95**	**91,00**	**7,46**	**0,79**

	2013	2012
5 - Indicadores do corpo funcional	**Em Unidades**	**Em Unidades**
Empregados no final do período	**71**	**67**
Escolaridade dos empregados		
Superior e extensão universitária	14,08	13,51
Ensino médio	54,93	50,00
Ensino fundamental	30,99	36,49
Faixa etária dos empregados		
Abaixo de 30 anos	22,54	24,32
De 30 até 45 anos (exclusive)	50,70	51,36
Acima de 45 anos	26,76	24,32
Admissões durante o período	**0**	**0**
Mulheres que trabalham na empresa	**16**	**15**
% de cargos gerenciais ocupados por mulheres em relação ao nº total de mulheres	0,00	0,00
% de cargos gerenciais ocupados por mulheres em relação ao nº total de gerentes	0,00	0,00
Negros que trabalham na empresa	**1**	**1**
% de cargos gerenciais ocupados por negros em relação ao nº total de negros	0,00	0,00
% de cargos gerenciais ocupados por negros em relação ao nº total de gerentes	0,00	0,00
Portadores de deficiência física	**1**	**1**
Dependentes	**0,00**	**0,00**
Estagiários	**0,00**	**0,00**

ANEXO IX: ATA DA ASSEMBLEIA GERAL

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA COOPERATIVA DE ELETRICIDADE PRAIA GRANDE, REALIZADA NO DIA 28 DE MARÇO DE 2014. CNPJ(MF) Nº 78.274.610/0001-70 e NIRE Nº 42400000461.

Aos vinte e oito dias do mês de março do ano de dois mil e quatorze, reuniram-se os Senhores Associados da COOPERATIVA DE ELETRICIDADE PRAIA GRANDE, em ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA, nas dependências da AFCEPRAG – Associação dos Funcionários da Cooperativa de Eletricidade Praia Grande, sito à Rua Valdomiro Pereira Pinto, s/n, nesta cidade de Praia Grande, Estado de Santa Catarina, conforme estabelece o Edital de Convocação, publicado no Jornal da Praia de Sombrio – SC, na edição do dia 07 de março de 2014, no jornal Informativo Regional na edição do dia 14 de março de 2014 e convite nas edições dos dias 21 e 28 de março de 2014, publicado no Jornal NorteSul na edição do dia 07 de março de 2014, divulgado na Rádio Mampituba FM Stereo Ltda, de Sombrio-SC, durante a programação almoçando com Feijão, no período de 07 de março de 2014 a 28 de março de 2014 e na rádio 93,3 FM de sombrio, afixado nos Escritórios da CEPRAG de Praia Grande, São João do Sul, Passo de Torres e Rosa do Mar, nas Agências Bancárias e nos estabelecimentos comerciais, a partir do dia 07 de março de 2014, através de convites impressos enviados aos Associados, nas sedes e principais comunidades dos Municípios de Praia Grande, São João do Sul e Passo de Torres. Em atenção a IN 101/2006 do DNRC, certificamos que estiveram presentes a esta assembleia 112 (cento e doze) cooperados conforme cópia autêntica da lista de presença que passa a fazer parte integrante desta ata, em virtude da impossibilidade de se colher neste instrumento a assinatura de todos os presentes. Verificando-se a existência de "quorum'' legal na terceira e última convocação, o Senhor Presidente Olívio Nichele deu início aos trabalhos da Assembleia. Convidou o Vice-presidente o senhor Valmir Augusto Rodrigues, o Senhor Luciano Pereira Lima, Secretário do Conselho de Administração, para Secretariar os trabalhos. Convidou a seguir, para fazer parte da mesa o coordenador do Conselho Fiscal sr. Nelson Antônio Marques, o Sr. Valdemar Venturi representante da FECOERUSC .Em seguida o Senhor Presidente submeteu a aprovação da assembleia a Funcionária Greci Pereira Macan para escrever a Ata como secretaria "ad hoc" da presente Assembleia no respectivo Livro. Ato continuo o Senhor Presidente abrindo a Assembleia, cumprimentou a todos e solicitou ao Secretário que procedesse a leitura do Edital de Convocação, que tem o seguinte teor. EDITAL DE CONVOCAÇÃO – ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA Nº 02 O Presidente da **CEPRAG**, no uso de suas

atribuições e de conformidade com o que estabelecem os Artigos 16 a 27 do Estatuto Social, **CONVOCA** todos os Associados da **COOPERATIVA DE ELETRICIDADE PRAIA GRANDE – CEPRAG**, em pleno gozo de seus direitos sociais, para a **ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA**, a ser realizada nas dependências da AFCEPRAG –Associação dos funcionários da CEPRAG, sito à Rua Valdomiro Pereira Pinto, s/n, nesta cidade de Praia Grande, Estado de Santa Catarina, no próximo dia 28 **de março de 2014**, (sexta-feira), às 17:30 horas em primeira convocação, com a presença de no mínimo 2/3 (dois terços) de seus Associados em condições de votar, às 18:30 horas em segunda convocação com a presença de no mínimo a metade mais um de seus Associados em condições de votar e às 19:30 horas em terceira e última convocação com a presença de no mínimo 10 (dez) Associados em condições de votar, para deliberarem sobre a seguinte: ORDEM DO DIA1 - Prestação de Contas dos Órgãos da Administração acompanhados dos pareceres do Conselho Fiscal e da Auditoria Independente, relativos ao Exercício de 2013, compreendendo: a)Relatório do Conselho de Administração relativo ao Exercício de 2013; b) Balanço Patrimonial e de Resultado do Exercício de 2013; c)Demonstrativo das Sobras e/ou Perdas apuradas no Exercício de 2013; 2 - Destinação das sobras ou perdas verificadas no Exercício de 2013; 3 - Fixação do valor do pró-labore do Presidente, bem como da Cédula de presença dos demais Conselheiros Administradores e Fiscais pelo seu comparecimento às respectivas reuniões; 4 - Eleição do Conselho Fiscal para o mandato de 01/04/2014 a 31/03/2015. 5 - Assuntos Gerais. OBSERVAÇÕES: a)As Chapas que concorrerão aos Cargos do item 4 da ordem do dia, deverão ser apresentadas ao Conselho de Administração, até às 17:00 horas do dia 18 de março de 2014, conforme prescreve o Artigo 31 e seus parágrafos, do Estatuto Social. b)Para efeito de "quorum" de instalação da AGO, a Cooperativa conta nesta data com 11.470 (onze mil quatrocentos e setenta) Associados em condições de votar. c) A Eleição será realizada de acordo com o que estabelece o **Capítulo IX – Do Processo Eleitoral,** do Estatuto Social, sendo que a votação terá início às **9:00** (nove) horas do dia **28 de março de 2014**, nas dependências da Escola de Educação Básica Bulcão Viana, sita à Rua Irineu Bornhausen, 383 em Praia Grande - SC, com o término previsto para às 17:00 (dezessete) horas do mesmo dia, ocorrendo em seguida a apuração dos votos nas dependências da Escola de Educação Básica Bulcão Viana. d) A posse dos eleitos será realizada de acordo com o que prescreve o Artigo 41 – *Parágrafo único*, do Estatuto Social; e) O Associado, para ter direito de votar e ser votado, além do cumprimento dos dispositivos Estatutários, deverá estar em dia com o pagamento do consumo de energia elétrica, até o dia 26 de março de 2014; f) Em caso de existir uma única chapa

concorrente aos cargos descritos no item 4º deste Edital, a votação poderá ser realizada **por aclamação**, a critério da Assembleia Geral Ordinária, no dia da sua instalação; g) Os documentos e relatórios apresentados na Ordem do Dia encontram-se a disposição para consulta dos Associados a partir do dia 18/03/2014 no escritório central da CEPRAG, sito à Rua Dona Maria José, 323 em Praia Grande - SC. Praia Grande, 07 de março de 2014. OLÍVIO NICHELE, Presidente da CEPRAG. Em seguida, passou-se ao Item 1 da Ordem do Dia. Usando da palavra o Senhor Secretário leu o Relatório da Diretoria relativo ao exercício de 2013, sendo auxiliado pelo Sr. Patrique Alencar Homem, esclarecendo o conteúdo do mesmo através de imagens das realizações. Em seguida, usando da palavra o senhor Patrique, fez explanação sobre o Balanço Patrimonial, de Resultado, Demonstrativo das Sobras e Perdas relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013. Em seguida o Sr. Gabriel Eyng Webber apresentou o parecer da Auditoria. Ato continuo o Conselheiro Fiscal Senhor Nelson Antônio Marques, procedeu a leitura do parecer do Conselho Fiscal, recomendando a aprovação do Balanço Geral e suas peças contábeis encerrado em 31 de dezembro de 2013. Ato contínuo, a Assembleia indicou o Associada Marlene Vargas Pereira para conduzir a votação do Item 1 (um) da Ordem do Dia, Secretariado pelo associado José Cardoso Serrano para conduzir a votação. Assumindo os trabalhos a Senhora Marlene Vargas Pereira, colocou em votação o Item 1 (um) da Ordem do Dia, tendo sido aprovado pela maioria. Reassumindo os trabalhos o Senhor Presidente Olívio Nichele, solicitou ao secretário que desse prosseguimento à Assembleia. Em seguida passou-se ao Item 2 (dois) da Ordem do Dia que trata da destinação das sobras apuradas no exercício de 2013. As sobras foram a seguintes Fundo de Reserva legal foi de R$ 224.515,24 (duzentos e vinte e quatro mil quinhentos e quinze reais e vinte e quatro centavos); o fundo de assistência técnica, educacional e social foi de R$ 112.257,62 (cento doze mil, duzentos e cinquenta e sete reais e sessenta e dois centavos), Fundo de desenvolvimento, ampliação e melhoria foi de R$ 1.122.576,18 (um milhão cento e vinte e dois mil e quinhentos e setenta e seis reais e dezoito centavos). As sobras líquidas, deduzidos os fundos obrigatórios, foram de R$ 785.803,32 (setecentos e oitenta e cinco mil oitocentos e três reais e trinta e dois centavos), Após os debates, esclarecimentos e explicações, a Assembléia decidiu que as Sobras apuradas no Exercício, no valor de R$ 700.000,00 (setecentos mil reais) fossem transferidas para o Capital Social Realizado dos Associados, proporcional ao consumo de cada Associado durante o Exercício de 2013 e 85.803,32 (oitenta e cinco mil oitocentos e três reais trinta e dois centavos) para o fundo de assistência técnica, educacional e social para a realização do projeto Planeta Luz, foi colocado em votação e foi aprovado por

unanimidade. Em seguida, passou-se ao Item 3 (três) da Ordem do Dia. Após os debates de costume a Assembléia decidiu por unanimidade que o pró-labore do Presidente será de R$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais), para o Vice Presidente e Secretário R$ 1.080,00 (um mil e oitenta reais) e R$ 545,00 (quinhentos e quarenta e cinco reais), como cédula de presença de todos os demais Conselheiros Administradores, conselheiros Fiscais delegados representantes junto a FECOERUSC. Ato contínuo passou-se ao Item 4 (quatro) da ordem do dia, que trata da Eleição do Conselho Fiscal para o mandato de 01/04/2014 a 31/03/2015 e exercício 2014. O Senhor secretário procedeu à leitura da chapa inscrita, devidamente registrada no Livro próprio de Registro de Chapas que se encontra na Sede da Cooperativa. Em seguida o Senhor Secretário falou a todos que, pelo fato de ter sido apresentada apenas uma Chapa para concorrer aos Cargos do Conselho Fiscal, o Estatuto Social no seu Artigo 31, parágrafo 13º, permite que a eleição seja feita por aclamação, desde que a Assembleia autorize. Ato contínuo foi colocado em votação, conforme estabelece o parágrafo 13º do Artigo 31 do Estatuto Social, sendo que a Assembleia decidiu por unanimidade, que a votação para o Conselho Fiscal, seja feita pelo voto de aclamação. Em seguida, foi colocada em votação a única Chapa para concorrer aos Cargos de Membros Efetivos e Suplentes do Conselho Fiscal, apresentada, tendo sido eleita por unanimidade. Diante do resultado acima, pela vontade unânime da Assembleia, foi eleita a Chapa 1, com a seguinte formação: Chapa 1 Conselho Fiscal – Efetivos: Valdenir de Jesus Martins, brasileiro, casado no regime comunhão universal de bens, residente estrada Geral, s/n , Passo da Cachoeira, Praia Grande – SC, profissão Agricultor, matrícula 4.414, portador da CI nº 1.539,655 SSP-SC, CPF nº 520.746,339-04 e título de eleitor nº 0193.2890.0973; Valmor Antonino Rocho, brasileiro, casado no regime de comunhão universal de bens, residente na estrada geral, Trevo – Vila Conceição, São João do Sul-SC, profissão agricultor, matricula 4.634, portador da CI nº 5.367.728-5SSP-SC, CPF 085.222.780-91 e título de eleitor nº 0274 6313 0930;Lourete Rosa de Oliveira, brasileira, Viúva, residente na Rua Anselmo Borba, 574 – Centro, São João do Sul, SC, profissão do lar, matricula 4.644, portadora da CI nº 1.975.997-5 SSP-SC, CPF 543.505.149-53 e título de eleitor nº 0193.4840.0914; **Conselho Fiscal Suplente:** Quênia Regina Scheffer, brasileira, casada no regime de comunhão parcial de bem, residente na estrada Geral, s/n Gorinha- São João do Sul - SC, profissão micro empresária, matrícula 8.798, portador da CI nº 4.746.182 SSP-SC, CPF 040.376.879-92 e título de eleitor 3669.20109/81; Elias Adão Pereira, brasileiro, casado no regime de comunhão parcial de bem, residente na estrada geral, 7515 Nova Fátima, São João do Sul- SC, profissão Agricultor, matricula 7.685, portador da CI nº 1.974.475 SSP-SC, CPF

612.605.179-34 e título de eleitor nº 0194.8369.0949; Eduardo Maurer Gomes, brasileiro, casado no regime de comunhão universal de bens, residente na Avenida Amor Perfeito, s/n Praia Rosa do Mar, Passo de Torres-SC, profissão Administrador e professor, matrícula 8.765, portador da CI nº 201.209.734-7 SSP –SC, CPF 130.625.060-91 e título de eleitor nº 0479.1622.0426. Todos os eleitos declaram que não estão impedidos por Lei, ou condenados a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, bem como, não são parentes entre si até o segundo grau em linha reta ou colateral. A posse dos Eleitos será efetuada no dia 01 de abril de 2014, conforme preceitua o Parágrafo único, do Artigo 41 do Estatuto Social, tendo em vista que a eleição foi realizada no prazo legal. Ato continuo passou-se ao Item 05 (cinco) da Ordem do Dia. Nos Assuntos Gerais foram feitos alguns esclarecimentos sobre o funcionamento da Cooperativa. Nada mais havendo a tratar foi pelo Senhor Presidente encerrada a Assembléia que para constar foi por mim Greici Pereira Macan, Secretária designada, lavrei a presente Ata que após lida e achada de conformidade vai assinada por todos aqueles que assim o desejar. Praia Grande, 28 de março de 2014.

Esta é uma cópia fiel da Ata da Assembleia Geral Ordinária lavrada no Livro de Registro de Atas de Assembleias Gerais nº 03 às folha nºs 02, 2v, 3, 3v, 4, 4v, 5, 5v e 6.

Praia Grande, 28 de março de 2014.

OLIVIO NICHELE	LUCIANO PEREIRA LIMA
Presidente da CEPRAG	Secretário do Cons. Administração